

Apoio Mútuo

2
Janeiro
2013

Revista anarco-sindicalista

UNID@S E AUTO-ORG
N@S DAMOS-LHES\$ A CR
"A libertação dos trabalhadoras/es só pode ser obra dos próprios..."

- Fazer sindicalismo p. 3
- E atingem-se os pontos de ruptura p. 4
- A contestação pelos monitores p. 5
- Sobre uma visita p. 6
- Media, Estado e Capitalismo p. 7
- Mais um que morreu... dizem que foi um acidente p. 9
- Importância da geografia na actividade anarco-sindicalista p. 10
- A CGT e a fundação da AIT p. 11
- Há noventa anos: o congresso de fundação da AIT... p. 17
- Entrevista: KRAS - secção russa da AIT p. 18
- Saint Imier — Encontro Internacional Anarquista p. 21
- Crise? p. 22
- Entre esquerdas e direitas p. 23

Editorial

Este segundo número da revista anarco-sindicalista Apoio Mútuo surge mais de três anos depois do primeiro, publicado em Maio de 2009. A razão de tal demora prende-se com as vicissitudes de uma organização totalmente fundada no esforço voluntário e militante dos seus membros.

Apesar das dificuldades, insistimos em afirmar o anarco-sindicalismo como a corrente do movimento social dos trabalhadores que contém em si as práticas mais consequentes com os princípios de auto-organização e autonomia das lutas. Acreditamos que cabe aos próprios trabalhadores tomarem a luta nas suas mãos, deixando de a confiar a intermediários e representantes. São necessários novos sindicatos, que não sejam meros gabinetes jurídicos, nem corpos de funcionários que já nada têm a ver com o mundo do trabalho e muito menos máquinas de mobilização das massas ao serviço de partidos políticos.

Assistimos cada vez mais a um incremento da ofensiva do patronato e dos governos contra as condições de vida dos trabalhadores. Mas, ao mesmo tempo que se torna cada vez mais urgente organizar a resistência a este ataque, constatamos que as organizações que se reclamam defensoras dos trabalhadores são completamente inúteis para esta tarefa. Não podemos deixar de concluir pelo acerto da tendência antiautoritária no seio do movimento dos trabalhadores, que, pelo menos há cerca de século e meio, vem defendendo a descentralização e a autonomia organizativas, e recusando qualquer estratégia de conquista do poder ou de utilização de métodos político-representativos na luta pela emancipação do trabalho.

Sabemos que hoje, num contexto em que cada vez mais trabalhadores estão dispostos a trabalhar sob quaisquer condições, as condições para fazer sindicalismo são também muito mais difíceis. Da mesma forma, a constituição de sindicatos de acordo com os nossos princípios, sem funcionários pagos, mantidos apenas pelo esforço dos seus membros, onde tudo deve ser discutido em assembleias e que praticam a solidariedade efectiva entre trabalhadores é extremamente exigente. Esta concepção de sindicalismo exige dos membros do sindicato uma militância, um compromisso e uma disponibilidade que nem todos estão dispostos a assumir. É claro que não é necessário ser um militante activo para ser membro de um sindicato organizado segundo o modelo anarco-sindicalista, mas sem militantes activos este sindicato nunca poderá funcionar nem avançar rumo aos seus objectivos.

A melhoria imediata das condições de vida dos trabalhadores é um objectivo importante do anarco-sindicalismo, quer através da conquista de direitos, como também através do estabelecimento de redes de apoio mútuo e solidariedade, quer ainda através da realização de projectos de produção e consumo alternativos. Mas sabemos, e a realidade insiste em demonstrá-lo, que os grandes problemas que enfrentamos, como, por exemplo, a destituição de sentido do trabalho ou a brutal destruição do planeta, não podem ser resolvidos no contexto do modelo económico e político actual. É por isso que defendemos um projecto de transformação da sociedade, com vista a estabelecer as máximas condições de liberdade e igualdade social.

A Associação Internacional dos Trabalhadores comemora este ano o seu nonagésimo aniversário. Desde que foi criada, na passagem do ano de 1922 para 1923, as organizações que a compõem enfrentaram grandes adversidades. Os sindicatos revolucionários tiveram de se bater, durante largas décadas, contra o domínio de concepções autoritárias e vanguardistas da luta operária; contra a repressão das ditaduras, fascistas ou ditas “comunistas”, que aniquilaram e levaram para a prisão muitos militantes, obrigando as organizações à clandestinidade; e, finalmente, contra o triunfo de um capitalismo integrador e de um Estado dito “social”, que conseguiram iludir os trabalhadores, levando-os mesmo a pensar que já não existiam classes sociais, e que os seus problemas se resolveriam tão-somente com o preenchimento de um formulário ou com o voto no candidato mais bem-falante de quatro em quatro anos.

Chegados ao ano de 2013, quando está à vista de todos uma guerra social de que são os trabalhadores as grandes vítimas não podemos deixar de nos sentirmos orgulhosos por pertencermos a esta comunidade de luta que transporta no seu seio um mundo novo.



**Associação Internacional dos
Trabalhadores
Secção Portuguesa**

<http://ait-sp.blogspot.com>

**A correspondência para o Apoio
Mútuo deve ser enviada para:**

Apartado 50029 / 1701-001 Lisboa
Portugal
e-mail: ait.lisboa@gmail.com

Contactos:

Núcleos e sindicatos:

Lisboa

Núcleo de Lisboa
Apartado 50029 / 1701-001 Lisboa
e-mail: ait.lisboa@gmail.com

Porto

Sindicato de Ofícios Vários
Rua dos Caldeireiros, n.º 213
4050-141 Porto
(à Cordoaria, junto da Torre dos Clérigos)
e-mail: sovaitporto@gmail.com
web: sovaitporto.blogspot.com

Outros contactos:

Algarve

e-mail: aitsp.contacto.algarve@gmail.com

Chaves

e-mail: anarquismo.chaves@yahoo.com

Guimarães

e-mail: aitguimaraes12@gmail.com

Setúbal

e-mail: setubal.aitport@gmail.com

*As opiniões expressas nos artigos
assinados não correspondem
necessariamente a posições da AIT-SP*

Fazer sindicalismo

Tudo o que concerne à lei e não se limite à defesa dos privilégios da classe dominante e às necessidades de arbitragem para as suas quezílias internas, apenas existe porque a pressão da classe trabalhadora a isso obrigou.

A partir do momento em que essa pressão desaparece, haverá, em primeiro lugar, a tendência para ignorar a lei e, posteriormente, a partir do momento em que surja algo que convide a burguesia a aumentar a exploração sobre os trabalhadores, a pressão para que as leis sejam, não apenas ignoradas, mas reescritas. Não é possível para a classe trabalhadora contrariar esta pressão por meios políticos, visto que os aparelhos políticos que dominam o Estado não lhes pertencem. Ainda que assim não fosse, a capacidade da classe trabalhadora para tornar válidos quaisquer triunfos conseguidos na esfera legal tem por limite a sua força e capacidade de resistência na esfera das relações de trabalho. Ou a classe trabalhadora consegue impor ao patronato o cumprimento da lei por via da sua força e organização no próprio local onde a exploração acontece, ou a lei é inútil. Em situações de fraqueza, como se conhecem tantas, o próprio trabalhador irá colaborar com o patrão na tarefa de o ajudar a furtar-se à lei.

A luta contra as tentativas de reestruturação das relações de classe por parte do Estado não deve limitar-se a simples manifestações de descontentamento passíveis de serem ignoradas e, conseqüentemente, inúteis. Um sindicato não é um grupo de cidadãos ou de simples activistas, e não deverá actuar como tal, conferindo à sua acção um cariz peticionário que apenas contribuirá para embotar a sua capacidade efectiva de luta, alimentando pelo caminho ilusões cidadanistas no seio da classe trabalhadora, nomeadamente a noção da neutralidade do Estado e da lei perante as classes sociais. As leis laborais não estão constantemente a ser reescritas desde há 10 anos a esta parte devido a «equivocos», ou por os decisores políticos se encontrarem reféns de uma má ideologia, nomeadamente o neoliberalismo, mas porque o meio mais expedito que a burguesia tem ao seu dispor para ultrapassar as crises é colocá-las sobre os ombros da classe trabalhadora. Quando o Estado pretende facilitar os despedimentos ou

cortar nas indemnizações argumentando que desta forma aumentará o emprego, não se deve replicar afirmando que existem estudos que demonstram que a criação de novos postos de trabalho é negligenciável, mas denunciando a intenção real por trás de semelhantes manobras, nomeadamente o desejo de enfraquecer a capacidade negocial dos trabalhadores dentro da empresa.

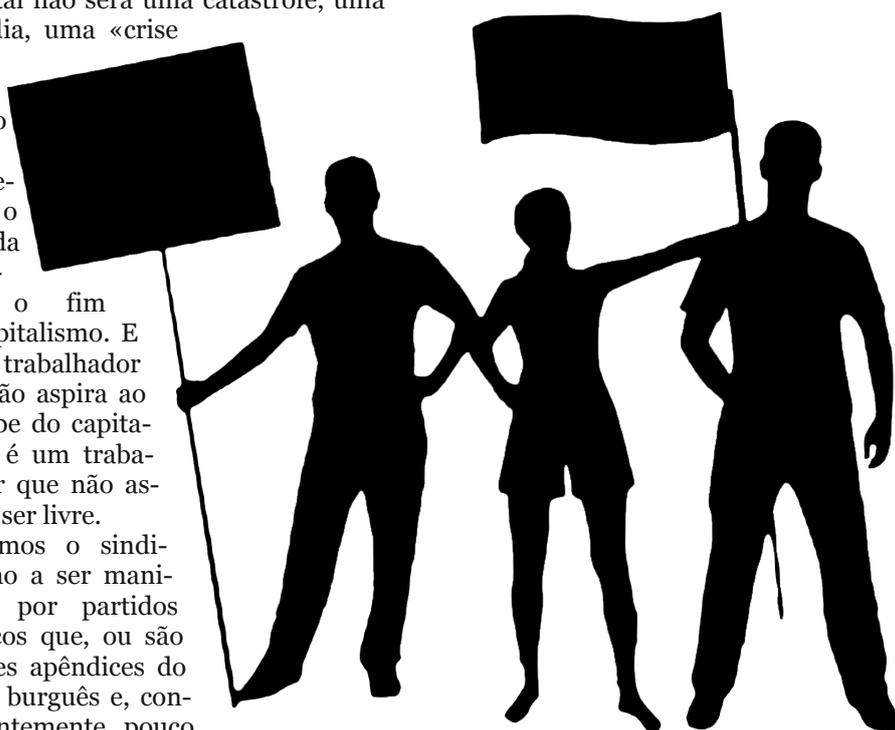
As greves gerais deverão ser declaradas com reivindicações concretas e a disposição para as prosseguir até onde seja necessário. Não compete aos sindicatos fazer o trabalho do Estado e limitar as reivindicações e os métodos de luta dos trabalhadores àquilo que a sociedade burguesa consegue digerir. Uma greve geral não é uma «demonstração de descontentamento», mas uma luta que se desencadeia, no mínimo, com o objectivo de exercer coacção sobre um aparelho de coerção, de obrigar o Estado a ceder, enquanto representante e regulador da sociedade burguesa, naquilo que os trabalhadores desejem e, se os trabalhadores conseguirem, pela sua força, derrubar a própria máquina de opressão capitalista, tal não será uma catástrofe, uma tragédia, uma «crise política», mas o triunfo. Será o fim da opressão e o fim do capitalismo. E um trabalhador que não aspira ao derrube do capitalismo é um trabalhador que não aspira a ser livre.

Vemos o sindicalismo a ser manipulado por partidos políticos que, ou são simples apêndices do poder burguês e, conseqüentemente, pouco

inclinados a favorecerem os interesses dos trabalhadores, ou, por não o serem, permanecem minoritários, dispondo de pouca força e poder, uma parte nada menosprezável da mesma devendo-se justamente ao controlo exercido sobre o movimento sindical. Longe de lhes serem úteis, de terem algo a oferecer-lhes, os partidos políticos vêm ao mundo do trabalho para o parasitar, fazendo dos sindicatos simples câmaras de ressonância para as suas frases de ordem e paralisando-lhes os movimentos de acordo com as conveniências do sistema político onde se encontram bem instalados. Para todas as finalidades práticas, os partidos políticos são uma correia de transmissão entre o poder burguês e o movimento operário, actuando sempre no sentido de ensaiar a integração dos trabalhadores no aparelho burocrático de administração do capitalismo, integração essa que só poderá levar o sindicalismo à morte mas, como os trabalhadores não podem prescindir de resistir ao capitalismo e uma organização criada para a luta mas que se recusa a lutar é inútil, é forçoso que à integração do sindicalismo na sociedade burguesa corresponda, a prazo, o colapso do próprio sindicalismo e a necessidade de criar novos instrumentos de luta de raiz.

JT

Outubro de 2012



... E atingem-se os pontos de ruptura

E assim foi: a austeridade para combater a dívida produziu mais dívida e há-de continuar a fazê-lo, visto que ainda há muito que caminhar até se chegar a esse ponto, cada vez mais semelhante a uma linha do horizonte, onde finalmente se obtém um excedente orçamental. É apenas a partir desse momento que a dívida começa realmente a ser paga e, para cortar pelo menos ao meio, como o pacto orçamental de Bruxelas prevê, uma dívida pública superior (120%) à totalidade da riqueza produzida neste país durante um ano, será necessário que o Estado se mantenha em austeridade durante muito tempo. Portanto, mais, muito mais austeridade e talvez durante décadas. Ou isso, ou o cancelamento ou recompra da dívida. Ou, como Portugal já é a Grécia, as duas coisas simultaneamente.

A armadilha institucional onde a burguesia portuguesa se prendeu, de sua muito livre e espontânea vontade, deixou fora do alcance do Estado os artificios habituais para a redução do défice, nomeadamente a desvalorização da moeda – cujo emprego, como a esquerda esquece constantemente, acabaria por repartir uma proporção nada negligenciável dos custos do ajustamento pela classe trabalhadora, ao devorar-lhe os salários reais – e forçando-o a colocar-se à disposição dos chamados mercados financeiros, visto o financiamento junto do Banco Central Europeu, na prática pura emissão monetária, também lhe estar estatutariamente interdito. Mas, em função do desempenho medíocre do capitalismo português e visto que a dívida do Estado sobe continuamente desde há décadas, começaram a ser exigidas taxas de juro cada vez mais elevadas, e, como isso não bastasse, os bancos portugueses, os mais «alavancados» de toda a Europa, também começaram a ser atacados pelas célebres agências de rating, acabando por empurrar definitivamente o Estado para o resgate.

Possivelmente, se o problema se tivesse circunscrito à Grécia, nada teria impedido a Troika de continuar a apertar o torniquete até o paciente sucumbir, mas a crise alastrou-se. Para a Irlanda e Portugal primeiro e, posteriormente, para a Espanha e até a Itália. Nestas condições, impôs-se outro trata-

mento que não a sangria, porque toda a saída real para a crise passa por o capitalismo alemão entender que, ao fim e ao cabo, participar no Euro significa também participar nas perdas. Mas a burguesia alemã resiste, visto ser a principal beneficiária do sistema vigente, e resistirá enquanto lhe for possível. Torna-se inclusivamente duvidoso acreditar que ela aceite fazer, à escala europeia, aquilo que a burguesia catalã já não quer fazer à escala espanhola.

Até à data, não andámos tanto a sentir os efeitos da presença da Troika, quanto os dos projectos de engenharia social da direita coligada, mas o momento em que a Troika tinha que começar a fazer-se sentir como algo mais do que uma espectadora parece ter chegado. Porque, após a tentativa gorada de aumento na TSU e o fiasco nas contas públicas, o Governo teve que fazer as suas intenções passarem para um segundo plano. Houve a pressão da rua, evidentemente, naquela que foi uma das maiores manifestações da história recente portuguesa. Mas não apenas: o consenso no seio da burguesia sobre a austeridade acabou, porque a economia mergulhou na maior crise desde 1975. Para o patronato, impedir medidas que possam significar um aprofundamento da crise tornou-se uma questão de sobrevivência. Para a Banca, sobrecarregada de títulos da dívida pública portuguesa e a receber uma parcela nada menosprezável da «ajuda» de Bruxelas, a austeridade pura e simplesmente não é negociável.

A disputa daria origem a uma muito mediatizada troca de galhardetes entre António Borges, verdadeiro «ministro sem pasta», e diversos representantes da confederação patronal. Portanto, esta espécie de governo de representação de todas as classes possidentes, para onde concorriam todos os interesses e onde a todos algo se ofereceu, invariavelmente à custa dos de baixo, acabou porque a crise tornou-se tão grave que sobrepôs à guerra da burguesia contra os trabalhadores a guerra no seio da própria burguesia, e a instabilidade no Governo, onde apenas o receio de uma crise política a somar à crise económica mantém de pé a actual coligação PSD/CDS, por entre ameaças de demissões, é o reflexo mais imediato desta situação.

A baixa produtividade crónica do capitalismo português, onde as qualificações dos patrões já são, em média, inferiores às dos trabalhadores e nove décimos de todas as empresas têm menos de cinco empregados, já nos ofereceu uma crise de características semelhantes há um século atrás. Ainda que não se possa menosprezar o papel que a integração europeia teve no declínio da agricultura portuguesa, importa não esquecer que a mesma, entre o minifúndio que produzia pouco e o latifúndio que não produzia nada, era à partida um alvo fácil. Mesmo a industrialização foi, em boa medida, produto do afluxo de capital estrangeiro, com 75% de certos ramos de actividade nas mãos de capitais americanos. A indústria autóctone, ou dependia dos mercados protegidos das colónias, ou das subvenções e condições especiais oferecidas pelo Estado fascista, sem as quais Champalimaud jamais teria conseguido montar a sua Siderurgia, ou ainda de taxas de exploração só possíveis mediante uma repressão sem piedade ao movimento operário. Eliminados esses factores, não podia ficar muito de pé. Mais tarde, o projecto de utilizar os trabalhadores portugueses como fonte de mão-de-obra barata para o capital estrangeiro viu-se gorado ao surgirem fontes de mão-de-obra mais baratas noutras partes. Inútil culpar por isso a Europa e o Euro.

A situação grega pode fornecer-nos pistas úteis acerca do nosso próprio futuro, com um ano a um ano e meio de antecipação, mas as analogias têm limites. Não se imagina que um movimento fascista de tipo clássico venha a conseguir a mesma força em Portugal que a Aurora Dourada grega, ainda que boa parte do ímpeto do fascismo seja simplesmente o resultado dos aparelhos securitários do Estado a empurrarem por trás. Assistimos nas ruas a um discurso sobre a classe política, a corrupção e a soberania nacional que poderia ser facilmente instrumentalizado pela extrema-direita, apesar de a esquerda institucional também estar presente para cantar em coro e produzir uma literatura abundante onde tenta explicar toda a situação como o resultado da promiscuidade entre o poder político e o económico mas, de Estado para Estado, apenas vemos variar as modalidades

específicas desta «promiscuidade», que não significa outra coisa senão a unidade da classe dominante, que não se pode cindir em duas, uma para a economia e outra para a política, e argumentos desta ordem não são explicação para nada.

A aspiração a um Estado burguês sem burgueses, tutelando um capitalismo onde se operaria, finalmente, a «justiça na economia», constitui todo um programa para uma certa esquerda facilmente identificável, mas vive de fantasias sobre o que são ou podem ser o Estado e a Lei. Apesar de nada disto ser inédito, apetece dizer que falta ainda à esquerda das ilusões passar por aquele choque de realidade que é afrontar directamente o poder da burguesia em vez de apenas falar sobre fazê-lo. A burguesia não se faz obedecer porque capturou o Estado e esvaziou a Democracia; é a Democracia que, mesmo pretendendo outra coisa, tem que lhe prestar vassalagem porque a produção social está nas suas mãos. Os trabalhadores apenas têm uma palavra a dizer sobre isso na medida em que, se assim o quiserem, podem fazer com que a produção se interrompa e, se a força da burguesia está já na própria instituição da propriedade privada, a força dos trabalhadores não é um dado adquirido mas depende da sua capacidade para agir concertadamente, de uma capacidade de organização que pode existir ou não, funcionar melhor ou pior, pelo que varia bastante.

A exigência de «gente séria» para governar, que tanto se faz notar nas ruas, adquire contornos no mínimo conservadores, visto basear-se ainda no apego a um «deve» distante do «haver». Este movimento de protesto revela-se profundamente ambivalente, primário e confuso. Ele significa na prática o descrédito completo, total, do sistema político existente e a tendência para o ver substituído por qualquer coisa de contornos imprecisos, até para os próprios manifestantes e que, no futuro, ao clarificar-se, terá invariavelmente que operar uma ruptura no seio daqueles que ontem, solidariamente, calcaram as ruas, polarizando-os e atirando-os uns contra os outros. Porque parte disto desemboca necessariamente no fascismo e torna-se necessário que a outra parte, pelo menos, lhe resista.

JT

Outubro de 2012



A contestação pelos monitores

Pelos monitores de televisão (e afins), é possível ver imagens que aparentemente denunciavam o descontentamento com a classe política, uma luta contra as medidas de austeridade impostas pelos representantes das multinacionais. Político vaiado é político integrado num círculo próprio para ilustres representantes do povo. O político vaiado é um político reconhecido, com imagem famosa, não passa despercebido, entra na caderneta.

Pelos livros e pelo contacto com as pessoas, aprende-se que ao longo da história sempre existiram uns fulanos que sempre quiseram impor medidas de austeridade e de controlo da população, medidas que segundo os implantadores foram empregues para o bem de povos, viu-se os resultados: a segunda guerra mundial e os crimes contra a humanidade perpetrados pelos Estados nazi e soviético entre outros, seus parceiros. No caso português a estupidicez da ditadura durou tanto (a mais longa da Europa) que ficou mesmo enraizada no sistema político e social (o filho do pido hoje é diretor de escola, ministro, secretário de estado, etc.; o bufo da secretaria hoje é chefe, por exemplo), mesmo depois de um cenário de revolução militar.

Cenário é a palavra que descreve bem a farsa que se vive na atualidade, pois o território dito português tem cerca de dez milhões de habitantes que fazem um milhão de endividados, consumidores da tecnologia, de centros comerciais e afins, a reclamarem dos governantes que lhes garantiram uma vida a crédito.

A televisão, a comunicação social, quer o direto, o acontecimento, o ato performativo, a morte em direto, qual sociedade barroca, agora é que é: a imagem comove e vale milhões de euros ou de dólares; quanto custa uma imagem às agências noticiosas? (Quanto ganha um jornalista?)

Se as manifestações não fossem dos endividados e dos clientes das lojas da moda, ainda se fossem um milhão de pessoas a arremessar com a tecnologia aos bancos, a não ver televisão, mais os milhões de pessoas que não elegeram nenhum dos

politiqueiros que se dizem governo (foi a abstenção que ganhou as eleições), mais os milhões que não têm ordenado algum, mais os que têm pensões de miséria e trabalharam a vida toda, mais os milhões que não têm qualquer qualidade de vida, nessa condição talvez qualquer governo fique abalado. Assim, isto não passa de fazer imagens e notícias para difundir na tecnologia e nos meios que sustentam o capitalismo.

Na Idade Média as cidades pagavam para não serem atacadas, contratavam mercenários para as proteger, assim se fizeram os nobres heróis e senhores do passado (e presente), assim se defenderam os burgueses, pois uma espécie de burguesia mercantilista continua na atualidade a manter a casta em cima, não deixa que o poder caia na rua. Assim temos as manifestações convocadas via internet, telemóvel, manifestações do andar à volta como carneiros, sim, um centro e anda-se à volta tudo muito contido, muito politicamente correto, o cartaz com a frase que vai mudar o mundo, a faixa do sindicato impressa em alta tecnologia, os brindes da manifestação não devem faltar a aparecer, assim como o kit manifestação. Enquanto a manifestação ocorre, os bancos continuam a roubar, os politiqueiros de carreira a governarem-se, milhares de pessoas morrem vítimas da guerra paga pelos Estados democráticos para aniquilarem e subjugar outros povos ao capitalismo.

Como diz alguém "nesta latrina há muito que cheira mal", mesmo sendo um jardim à beira-mar, cheira a morto!

A crise é mundial, para onde formos lá está um Estado sujo, politiqueiros corruptos e amigos para se governarem.

O Planeta Terra não é propriedade de nenhum grupo de pessoas, é de todos/as: pessoas, animais e vegetais, é um organismo vivo, ninguém tem de se subjugar a um governo nem a um Estado.

Até quando isto vai ser assim?

HM

Setembro 2012

Sobre uma visita



No próprio dia em que Merkel visitava Portugal, Álvaro Santos Pereira, ministro da Economia, foi peremptório: tudo o que a burguesia portuguesa faz, fá-lo para o seu próprio bem, não por desejar ser a «boa aluna» das burguesias estrangeiras. Não devemos esquecer que foi a pressão da Banca portuguesa que levou à vinda da Troika, que uma parte muito considerável do empréstimo destina-se a recapitalizá-la e que uma bancarrota do Estado atirá-la-ia imediatamente para a insolvência. A Alemanha insere-se nesta lógica na medida em que os bancos alemães emprestaram muito dinheiro aos da Europa do Sul, traduzindo-se este último em crédito barato para financiar bolhas imobiliárias e um endividamento crescente nestes países. A haver falências, os seus congéneres alemães, já de si fragilizados pelo crash financeiro de 2008, seriam afectados de uma forma muito dura. De igual modo, a maior parte da dívida pública portuguesa e grega encontra-se nas mãos de fundos

estrangeiros e estima-se que um *default* (incumprimento) grego seja quanto basta para levar os mercados financeiros europeus ao colapso. Merkel sabe que tem de ser cautelosa com o uso que dá aos seus *superavits* (excedentes) orçamentais. Ainda pode carecer deles para socorrer a sua própria banca.

Apesar de aludir frequentemente a um «descontrolo orçamental» que pode parecer desconcertante aos olhos de pessoas como nós, que viram os orçamentos de austeridade a sucederem-se uns aos outros desde há anos a esta parte, a classe política alemã compreende muito bem que, se a única forma de obter orçamentos equilibrados consiste em impor aos Estados grego e português uma dieta que raia a greve de fome, os défices voltarão a crescer assim que esses Estados regressarem a um funcionamento normal. Por isso Frau Merkel, Herr Schäube, o seu colega das finanças e Herr Weidemann, do Bundesbank, personagem que só parece sair da obscuridade e abrir a boca para

cravar mais um prego no caixão dos gregos, resistem tanto a perdões parciais da dívida grega e insistem em medidas estruturais que significam na prática pelo menos o fim do Estado Social nesses países.

Existe consonância entre Passos e Merkel porque a forma como a última espera conseguir combater a crise da dívida que ameaça o Euro, é idêntica ao que o primeiro planeou para combater a crise que ameaça a burguesia portuguesa desde a entrada no Euro e, ainda que tudo isto possa ser contraproducente do ponto de vista restrito do défice, é necessário para relançar a acumulação capitalista em Portugal, mesmo que, como em qualquer outra crise, muitos capitalistas tenham que ficar pelo caminho. Quanto ao défice, e ainda que o «Pedro», o Gaspar e os seus amigos nunca nos venham interromper o jantar para o dizer, tudo o que resta aos decisores políticos é aguardar que a austeridade continue a falhar e a burguesia alemã aceda finalmente a fazer a sua parte e partilhar a factura dos «choques assimétricos» da globalização com os seus depauperados vizinhos do Sul, mas Merkel está tão determinada a empurrar os problemas com a barriga quanto os nossos amáveis governantes e, apesar dos malabarismos numéricos de Gaspar, das datas salvíficas sucessivamente adiadas e das «visitas que valem mais do que qualquer manifestação», é líquido e certo que o Estado português, a braços com um serviço da dívida de nove mil milhões de Euros por ano, só vai escapar da bancarrota à custa de declarar uma série de bancarrotazinhas.

JT

12 de Novembro

Anarco-sindicalismo na Internet:

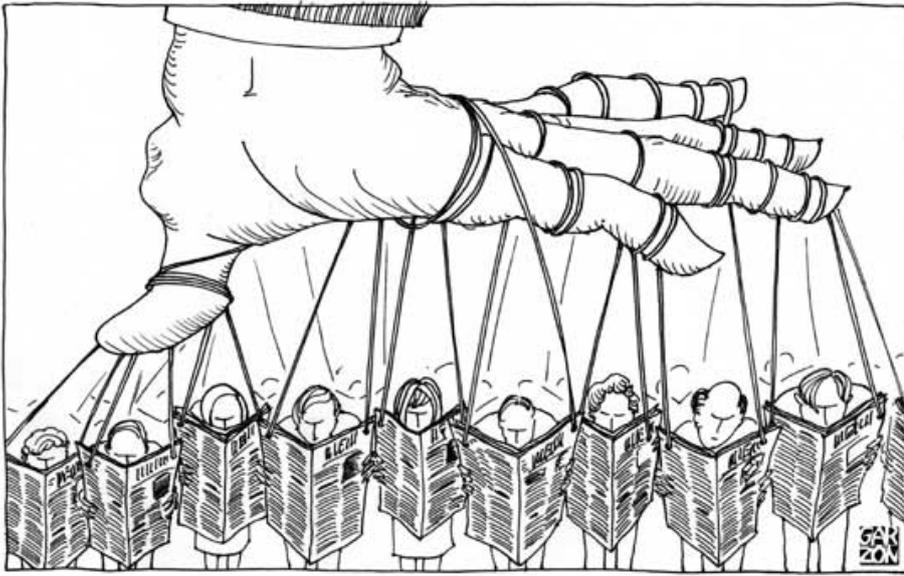
Página oficial da AIT:
www.iwa-ait.org

Blog de notícias das secções da AIT:
www.internationalworkersassociation.blogspot.com

Blog da AIT-Secção Portuguesa:
www.ait-sp.blogspot.com



Media, Estado e Capitalismo



Os Media e a Construção social da realidade

A objectividade, a imparcialidade, a isenção dos(as) jornalistas ou comentadores(as), é um dado como adquirido. O 4º poder, afirma-se, são os Media. A realidade a acontecer acontece na televisão. O verdadeiro espírito do jornalismo acontece na rádio. Se não deu nas notícias, não existiu, não aconteceu. Estas são premissas do nosso quotidiano, as quais comentamos e reproduzimos no nosso discurso e na nossa “abordagem pessoal” da realidade local mas igualmente internacional, e na nossa relação com o mundo e, em particular, com o campo dos Media, dos meios de informação jornalística.

A importância dos Media em grande parte das sociedades “modernas” actuais tem uma marca histórica e social concreta e um percurso de objectivação da realidade, de construção da mesma, que podemos encontrar no princípio do séc. XIX, mas cujas raízes podemos encontrar na malha antropológica da história humana. Pretende-se salientar sobretudo que os Media são um produto da sociedade capitalista, da sua forma de organização e divisão do trabalho social, intimamente ligada ao consumo e aos estilos de vida de onde deriva grande parte da explicação da sua massificação. A importância que se atribui aos Media e ao papel que desempenham nas sociedades capitalistas é um aspecto que deve ser central na crítica anarquista actual, pois esta é uma faca com dois gumes e um terreno pantanoso em que

é necessária uma posição de permanente confronto e de debate, porque o que está aqui em causa é a construção social da realidade por parte dos jornalistas e dos meios de comunicação para os quais trabalham. Temos que ter presente a manipulação capitalista e democrata forjada através das mensagens que todos os dias comentamos, ouvimos, lemos e vemos nas notícias, comentários, opiniões, desmascarando o seu discurso para compreendermos o que se esconde por detrás de cada mensagem.

Os Media, os meios de comunicação e informação actuais, são uma das pedras bases do sistema capitalista actual e a sua influência junto da opinião pública um assunto de permanente debate e rivalidade democrática entre partidos e facções empresariais na luta pela posse do poder de dominar através da informação. É um campo de lutas ideológicas e de poder, assim como de interesses políticos e económicos mais ou menos dissimulados. Isto é facilmente verificável ao assistirmos à enorme preponderância de comentadores políticos e económicos em especial na televisão, rádios e jornais. Estes comentadores, por muito que apregoem imparcialidade, a verdade é que não são jornalistas, não podendo como tal esconderem-se com essa capa ética. São mediadores dos corporativismos em que se movem e dos interesses políticos e económicos que se utilizam (e se deixam utilizar) das suas capacidades oratórias e da mediação que os rodeia. As luzes e as câmaras são palcos de notoriedade, a inscrição do nome por debaixo da colu-

na do jornal condição de status, o grau académico de Doutor equivale a poder opinar sobre tudo e todos com o maior grau de certeza de que o que diz corresponde à mais pura e crua realidade. E os jornalistas? Não possuem interesses nem valores individuais para além da ética normativa jornalística? Sim, porque eles afirmam a sua objectividade e imparcialidade porque se regem pelo Código Deontológico que assim o exige. Então, o que entendemos por neutralidade jornalística? A faculdade do ou da jornalista serem neutros no que dizem e no que fazem na produção de uma notícia, na apresentação de um facto jornalístico? Vejamos: a realidade social, a realidade que vivenciamos diariamente em diversos pontos de globo, não é algo totalmente coerente e homogéneo que os Media se limitassem simplesmente a revelar e a mostrar ao mundo; aquilo que os jornalistas classificam como “acontecimento” não existe como um facto isolado, mas na convergência entre a ocorrência e a percepção que temos dele; os Media não são estruturas à parte da sociedade, nem os jornalistas vivem numa redoma separada do resto dos comuns mortais, eles pertencem ao ambiente que os rodeia e são agentes da hierarquização e tematização da realidade social, seleccionando as notícias nessa simbiose de articulação entre aquilo que são as convicções pessoais e individuais de cada um e as directrizes da orientação jornalística do meio de informação ao qual pertencem; o olhar jornalístico não é algo exterior e distante, totalmente independente e com uma neutralidade infalível, como se existisse uma barreira entre o que se narra e o jornalista. Factualmente não existe qualquer distanciamento temporal, espacial ou cultural por parte desse mesmo olhar. Mais: o jornalista ao escrever sobre alguma coisa, escreve-o no interior de um grupo de comunicação social, que tem a sua própria prática de fazer jornalismo, os seus valores e isso condiciona objectivamente a prática jornalística. Vemos como em Portugal, e discute-se na praça pública este caso, temos assistido à concentração de diversos meios de comunicação em grandes grupos empresariais (muitas vezes nem sequer ligados ao mundo do jornalismo) e questiona-se até que ponto isso não irá condicionar o trabalho dos jornalistas devido à necessidade desses grupos em fazerem dinheiro sem olhar à “qualida-

de” do que é produzido. Uma empresa serve para fazer dinheiro e o mundo da Gestão não é de modo algum o mundo do jornalismo. A prática jornalística será sempre objectivamente condicionada no que produz de modo a apresentar lucros, levando à deterioração ainda maior da maioria dos conteúdos jornalísticos.

O Anarco-Sindicalismo face aos Media: pedagogia e acção

Narrar sobre alguma coisa, já é reflectir sobre aquilo que aconteceu, e classificar esse procedimento e o seu produto como total e inequivocamente como realidade é ter um poder de dominação e de construção da opinião pública deveras preocupante e do qual devemos ganhar consciência e capacidade de compreender para além daquilo que lemos, vemos ou ouvimos. Não nos dizem como pensar, mas indicam-nos sobre o que pensar. E esse facto não significa que tudo o que lemos, vemos e comentamos é a total manipulação por parte dos Media. Eles são, sem dúvida, agentes sobre a forma como percebemos a realidade, mas felizmente hoje possuímos ferramentas sociais e culturais provenientes das mais diversas áreas de conhecimento que nos permitem questionar, recusar e lutar contra essa imposição de uma realidade normativa. O que nos coloca perante algumas questões: como nos relacionamos e qual a nossa posição, enquanto anarquistas e anarco-sindicalistas, face aos Media? Como pensar os Media actuais no contexto inseparável de um mundo globalizado? Que formas de luta e de intervenção equacionamos neste campo? Deve esta questão ficar no âmbito laboral ou estender a sua actuação para outros? Claro que podíamos colocar outras questões, sobre os mais diversos assuntos, contudo proponho uma discussão e uma reflexão aberta face a estas e que mais possam surgir. Esta abordagem privilegia a pedagogia e a educação nos sindicatos e associações anarco-sindicalistas como base de formação teórica e prática.

A forma como nos relacionamos com os Media não deve ser algo a tomar de ânimo leve e automaticamente descartado como um inimigo a abater, é desnecessário reafirmar o anti-capitalismo que norteia a acção anarquista, logo, os Media capitalistas incluem-se nesse rol. Ou

seja, é-nos impossível fugir ao efeito que os Media têm sobre a sociedade e sobre nós, por muito revolucionário que seja o nosso coração, muit@s de nós compramos jornais que entendemos pertencerem a esses Media capitalistas, assim como lemos e comentamos diversos assuntos baseados nas mais diversas notícias desses meios de comunicação. Podemos é ter uma atitude crítica face aos mesmos, um constante e objectivo ataque à construção mediática da desigualdade e a muita da normatividade que nos querem impor. Sim, porque nem tudo o que lemos, ouvimos e lemos nos Media é essencialmente capitalista na forma de agir e nos objectivos de exploração a que se propõem, a dificuldade reside na filtração da informação com que somos inundados a um nível cada vez mais superior e a de propor alternativas factuais da realidade do dia a dia. Quanto à nossa posição, ideologicamente referi anteriormente a questão anti-capitalista, e desse ponto de vista puramente teórico e prático, os Media capitalistas incluem-se nessa luta. Contudo, julgo importante salientar que a liberdade de imaginação e construção com objectivos claros de recusa do papel de construção mediática da realidade por parte dos meios de comunicação capitalistas é um ponto a ter em conta. Pensar essa luta representa igualmente compreender a linguagem dos Media e o contexto em que operam, a nível global e local. Como pensar então os Media actuais no contexto de um mundo globalizado? Essa questão deve ser alicerçada (e colocada) na realidade em que vivemos a nível global e concretizada pelas, e nas, diversidades geográfica e cultural de cada acção. Assim como o mercado de trabalho e as condições laborais variam de país para país, ainda que a tendência seja a de uma homogeneização cada vez maior, os Media de cada país assentam numa posição ideológica diversificada, variam no apoio a certa cor partidária, pertencem a certa empresa privada (que muitas das

vezes nem à área da comunicação pertence), têm nos seus quadros indivíduos que são comentadores, lobbyists e membros de partidos políticos ou de interesses privados dissimulados, e muito importante: empregam e exploram trabalhador@s que cada vez mais são precários, inclusive na profissão de jornalistas. Como lidar então com estes factos? Esta questão remete-nos também para a necessidade de pensar as lutas em termos laborais ou deslocando-a, num movimento pendular, para outros campos. Nesta questão ela deve ser colocada contextualizando o que é desejável nos objectivos d@s trabalhador@s face à situação que requer uma intervenção da sua parte, ou seja, seria interessante pensar justamente essa acção num movimento pendular de intervenção entre a contra-informação, orientada para desmascarar a informação capitalista, e a própria informação capitalista, que permita não simplesmente uma aculturação ideológica das ideias anarquistas, mas igualmente dos mecanismos de desinformação utilizados pelos Media vistos numa perspectiva externa ao contexto do grupo ou dos indivíduos anarquistas. Por exemplo, com recurso ao conhecimento que já existe nas ciências sociais sobre esses mesmos mecanismos mediáticos, desse modo



contribuindo para esbater a desigualdade que existe entre os que têm acesso ao conhecimento e os que não têm, porque tendo-o, cada um decidirá como utilizá-lo.. Porque nem todos os que pertencem a um sindicato ou associação anarco-sindicalista são, ou serão, necessariamente anarquistas, e a educação e propaganda que se faz no seu interior e exterior não deve ser mais uma voz crítica na multidão de vozes críticas que diariamente ouvimos no nosso quotidiano. Felizmente não somos @s únic@s a reclamar um mundo melhor (ainda que os contornos desse mundo sejam divergentes) e se pensarmos que um dos principais problemas apontados por um dos críticos do marxismo, Herbert Marcuse¹, da modernidade, é justamente a tentativa de destruição do pensamento crítico através da acção cultural e social do capitalismo sobre os indivíduos, é realmente reconfortante que existam muitos espíritos críticos do capitalismo e da democracia no sentido de um pensamento livre do ser humano, em que nós possamos pensar sem constrangimentos que nos consomem e destroem as vidas.

Uma questão contudo fica por responder nesta reflexão: que formas de luta e de intervenção equacionamos neste campo? Essa resposta, no meu entender, deve ficar na acção prática dos indivíduos e na discussão aberta desta questão. A luta anarco-sindicalista não é uma acção no seu essencial dominada por constrangimentos teóricos (ainda que ideológicos) mas assente na acção directa, ou seja, na capacidade de intervenção que tenha como base a acção individual e/ou em grupo sem constrangimentos de hierarquia ou de poder, numa base anti-autoritária, que tome nas suas mãos a decisão de modificar as desiguais condições de existência que o sistema capitalista impõe indiscriminadamente. Trata-se de agir sobre os problemas procurando não a sua reforma, mas a sua melhoria, ou a sua substituição como fomentadores de desigualdade humana. Tornase importante reflectir sobre a prática nesse campo porque está em causa a transformação da nossa consciência que posteriormente terá repercursões no campo da acção, porque o que pensamos e agimos deve ser coerente com a crítica de uma realidade transformada pelos meios de comunicação capitalistas.

Nuno

1 - Marcuse, Herbert, *A Ideologia da Sociedade Industrial*, 1964, Zahar Editores, Brasil.

Mais um que morreu... dizem que foi um acidente...

Em 25 de março de 1911, irrompeu um incêndio na fábrica têxtil “Triangle Shirtwaist”, um dos piores desastres industriais dos Estados Unidos da América, impulsionando um forte movimento laboral, que contou com a violenta repressão do Estado. Inicialmente, as testemunhas no local descreveram fardos de roupa a saltar pela janela, para então se aperceberem de que eram pessoas, trabalhadores, na sua maioria jovens mulheres, que haviam saltado num acto de desespero. Após o rescaldo do incêndio, os bombeiros descreveram portas, que haviam sido trancadas, com marcas de unhas. Foi devido às más condições laborais. Resultaram 146 mortos.

Em 14 de dezembro de 2010, cerca de 100 anos depois, irrompe um incêndio numa fábrica têxtil, em Ameen, no Bangladesh. A mesma descrição, a mesma história. Devido às más condições de trabalho, resultaram mais de 100 vítimas. Os trabalhadores protestaram, o Estado ofereceu-lhes o cassetete.

Todos os dias ouvimos, por intermédio de amigos, familiares ou conhecidos, sobre alguém vítima de um acidente de trabalho ou doença profissional, a maioria das vezes sob a forma da famosa expressão: “está de baixa”. No entanto, se a maioria dos casos de acidente laboral tem consequências reversíveis, já outros resultam em danos ou lesões permanentes, outros ainda, acabam na forma mais irreversível de todas, a morte. E, se em Portugal os acidentes laborais, que de acordo com a ACT, ascendem a mais de **250 000 por ano**, tornaram-se demasiado familiares, então as **115 mortes por acidente de trabalho** e as **132 relacionadas com doenças profissionais**, em 2009, são aterrorizantemente comuns. A maioria destas tiveram a sua origem nas indústrias que, segundo os moralistas (os capitalistas e os seus defensores), têm sido o pilar da economia e do progresso em Portugal, a transformadora e o sector da construção. A título de exemplo, dentro do sector da construção, uma das principais causas de morte é a “queda em altura”. E são esses mesmos moralistas que defendem regras mais apertadas para a defesa do capital e da propriedade privada, mas que torcem o nariz quando se fala de melhores condições de trabalho, pois, segundo eles, isto já representa um “impedimento ao mercado livre” ou algo que nos torna “incompetitivos”.

E para quem ainda tenha dúvidas, um acidente de trabalho, assim como uma doença profissional, não é fruto do acaso. Estes não, simplesmente, “acontecem”, da mesma forma que o céu não irá, eventualmente, cair-nos em cima. Isto são mitos. Estes fenómenos são fruto de negligência. Uma negligência criminosa, pois mata e quando não mata pode deixar danos que marcarão a vítima para o resto da sua vida.

E o Estado? Esse cria “autoridades”, como a autoridade para as condições de trabalho (ACT), para logo a seguir depauperá-la de meios humanos, tornando-a ineficaz e ineficiente para cumprir a sua função fiscalizadora.

Na Europa

Engana-se quem acha que isto é apenas um fenómeno exclusivamente português. Na Europa, de acordo com a AESST ocorre **1 acidente a cada 5 segundos** resultando na **morte de um trabalhador a cada 2 horas, e mais de 140 mil casos de doença profissional**, todos os anos. Um terço destes atribuíveis à exposição de substâncias perigosas no local de trabalho. E o tempo não pára...

No mundo

Quando observamos o todo, somos confrontados com a realidade. Em todo o mundo, segundo a OIT, ocorrem **270 milhões de acidentes de trabalho** produzindo mais de **2 milhões de vítimas mortais, e 160 milhões de casos de doença profissional**, por ano. E, ao compararmos os números, concluímos que os acidentes de trabalho provocam **mais vítimas que os conflitos armados** (500 mil por ano, segundo a AD)! E isto tem um nome: **terrorismo!** Pois a melhor forma de continuar vivo, não é evitando uma guerra, mas antes o trabalho.

Mais um que morreu... foi um crime...

Hoje, como ontem, acidente laboral é terrorismo patronal!

O.

Fontes: OIT (Organização Internacional de Trabalho), Agência de Bilbao, ACT (Autoridade para as Condições de Trabalho), GEP (Gabinete de Estratégia e Planeamento), CNPCRP (Centro Nacional de Protecção contra os Riscos Profissionais), PRIO (Peace Research Institute Oslo), AESST (Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho), AI (Amnistia Internacional)

Importância da geografia na actividade anarco-sindicalista (e anarquista social)

Algumas das figuras historicamente mais conhecidas do anarquismo internacional eram geógrafos: Élisée Reclus, refugiado da Comuna de Paris e impulsor em Portugal da Iª Internacional, do anarquismo e do sindicalismo revolucionário, nos fins do séc. 19, foi geógrafo e o autor da obra geográfica magistral “A Terra e o Homem” – da qual foi editado há uns anos, por um conhecido diário português actual, um pequeno resumo. Também Kropotkin, outra figura do Anarquismo histórico internacional, foi geógrafo, tendo inclusive algumas montanhas do território russo o seu nome. Porém a importância da geografia - e sobretudo da **geografia social, económica e ambiental** - hoje liga-se à necessidade da acção de ligação emergente da nossa actividade aos meios sociais mais explorados e dominados pelo capitalismo e pelo Estado.

À escala de cada cidade ou vila, de cada região, de cada província como de cada país e grupo de países, temos a necessidade de ter uma **visão de conjunto**, rápida, clara, elucidativa e evolutiva da situação das populações trabalhadoras, empregadas e desempregadas, da localização das principais concentrações laborais, das fábricas, empresas, serviços públicos, dos bairros, das zonas degradadas, dos locais de habitação, de passagem, de lazer, das principais fontes de contaminação ambiental das populações, das zonas “azuis” de habitação e luxo da burguesia, etc., etc.

Tal é a função da geografia social, económica e ambiental – que não será avatar apenas de geógrafos profissionais especializados – embora eles possam ajudar se estiverem implicados na nossa actividade. A NET e o Google Earth, com as suas coberturas espaciais de vastas zonas do globo terrestre, às vezes em indiscreto pormenor, promovidos pela “National Geographic” e ao serviço das CIAs e outras polícias planetárias com vista ao controlo mundial das populações e das regiões, podem ser utilizados por qualquer pessoa interessada – pelo menos por agora!... Mas o bom e velho hábito de leitura e utilização das várias cartas topográficas, mapas geográficos, plantas urbanas, mapas turísticos, etc., “equipando-os” com a informação e localizações que se vão desco-

brindo no terreno, são algo imprescindível numa actividade que se pretende militante e continuada. Assim faziam os velhos militantes anarquistas e anarco-sindicalistas para irem registando a evolução da sua implantação local e regional, ou para “baterem o terreno” das suas actividades de propaganda, agitação e organização, assim o deveremos fazer hoje.

Um núcleo de militantes local, um comité regional, uma secção empresarial, um comité popular, não passam sem tal instrumento – que logicamente, pela sua importância táctica, não é algo que deva ser acessível a pessoas fora da organização e constitui um instrumento de trabalho evolutivo, em cada reunião organizativa, em cada decisão de acção colectiva, em cada avaliação da situação da nossa implantação nos meios laborais e populares.

Numa situação em que nem sequer somos ainda aquilo a que os companheiros brasileiros chamam de “sindicato de porta de fábrica”, num momento em que temos princípios e tácticas gerais (acção directa, anti-representativismo, etc.) mas não temos ainda uma estratégia comum, tácticas, métodos, etc., para assumirmos perseguir consequentemente na prática os nossos objectivos estatutários de construção de uma confederação sindical revolucionária, à semelhança da velha CGT portuguesa ou mesmo da actual CNT espanhola, rumo ao comunismo libertário – que passam pela implantação local e regional nos meios laborais e populares, hoje na maioria “controlados” pela CGTP-IN e pelo PCP (e conviria muito analisarmos o porquê da sua contínua implantação em algumas regiões), numa situação em que proclamamos a nossa vontade de lutar ao lado dos demais trabalhadores, classe contra classe, na situação social miserável em que Troikas, FMIs,

patronato, governos e “concertações sociais” e seus “concertantes”, todos, estão a meter a maioria da população de que fazemos parte, independentemente da filiação sindical ou partidária dos explorados e dominados (mas não do grau de envolvimento dessa filiação...) é-nos portanto imprescindível este instrumento prático-teórico que faz parte da geografia: o mapa monográfico local/regional e o seu completamento permanente.

O bom conhecimento da geografia-social (e ambiental) da cidade ou/e da região onde vivemos deverá servir na actualidade para algo mais do que realizarmos trajectos históricos – embora eles possam ser sempre úteis na formação de militantes e associados. Deverá servir sobretudo para nos ajudar de uma forma gráfica a planear, programar e observar a nossa acção actual, as nossas limitações e pontos fortes (porque os há!..), tanto no que já fazemos neste momento como no que nos falta e é mais prioritário fazer, em termos de implantação local e regional.

Avante na implantação local e regional anarco-sindicalista!

Avante na organização da AIT-SP!

**Avante na resistência social!
Viva o comunismo libertário!**

Porto, Fev. 2012
Pego Negro



A Confederação Geral do Trabalho e a fundação da Associação Internacional dos Trabalhadores

Os anarco-sindicalistas e sindicalistas revolucionários^[1] portugueses foram, desde a primeira hora, defensores da criação de uma Internacional do sindicalismo revolucionário, um desejo que se viria a concretizar no Congresso de Berlim, realizado entre os dias 25 de Dezembro de 1922 e 2 de Janeiro de 1923, que criou a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT). Este artigo, redigido para assinalar o 90º aniversário da Associação Internacional dos Trabalhadores, pretende recuperar alguns elementos da história das relações internacionais da organização operária portuguesa – constituída como Confederação Geral do Trabalho (CGT) a partir de 1919 – e do seu contributo para a criação da AIT^[2].



Já no Congresso Pró-Paz realizado em 1915 na cidade portuária galega de Ferrol, no qual o anarquista Manuel Joaquim de Sousa representou a secção Norte da União Operária Nacional (UON)^[3], os delegados portugueses e espanhóis haviam concordado na necessidade de “estreitar os laços de solidariedade entre o proletariado de ambos os países, dando-se assim princípio à organização da Federação Ibérica, célula inicial da Federação Internacional dos Sindicatos Operários, contra a guerra, contra todas as guerras, contra a exploração capitalista e contra a tirania do estado”^[4].

Em Setembro de 1919, realiza-se em Coimbra o 2º Congresso Operário Nacional^[5], no qual é criada a Confederação Geral do Trabalho, que agrupa cerca de duas centenas de sindicatos, representando pelo menos 85 mil trabalhadores^[6]. A fundação da CGT tem lugar num contexto de expansão e radicalização do movimento sindical. Sucedem-se os movimentos grevistas que colocam

violentamente em confronto o operariado, o patronato e o Estado^[7]. A 23 de Fevereiro de 1919, inicia-se a publicação do diário A Batalha, ainda como órgão da UON, que rapidamente se torna no terceiro jornal de maior tiragem em Portugal.

No Congresso de Coimbra é discutida a questão da filiação internacional da organização confederal, concluindo-se pela rejeição da adesão à Internacional de Amesterdão (reformista) e pela necessidade de estabelecer relações com centrais sindicais de outros países com vista à criação de uma internacional sindicalista revolucionária. É aprovada a seguinte tese da autoria de Manuel Joaquim de Sousa:

“1.º O Congresso Operário Português, reunido em Coimbra, resolve pôr de parte a resolução votada no Congresso de Tomar, segundo a qual a Confederação Operária Portuguesa se deveria filiar na União Sindical Internacional (Amesterdão), executando e fazendo executar as suas resoluções, tanto por-

que aquele organismo parece já não dar sinal de vida, como e principalmente, porque, dado que existe, não corresponde às necessidades e objectivos de emancipação da classe operária internacional.

“2.º O proletariado português, organizado pela sua Confederação Nacional, entrará, desde já em relações com as Centrais operárias dos outros países, sem alienar ou apoucar a sua autonomia, respeitando reciprocamente os mesmos princípios, por parte das organizações dos outros países, condição indispensável para um bom entendimento dentro dos moldes sindicais.

“3.º A Confederação Operária Portuguesa influirá nas conferências, congressos internacionais ou nas simples e amistosas relações quotidianas com as Centrais dos outros países, para que se institua a Confederação Internacional do Trabalho, com representantes exclusivamente operários, não sendo estes investidos de qualquer mandato político, para que por este organismo novo se

Notas:

1 - Embora os termos sindicalismo revolucionário e anarco-sindicalismo sejam frequentemente utilizados como sinónimos, tomamo-los aqui com diferentes acepções. Manuel Joaquim de Sousa dá conta das divergências que opuseram sindicalistas revolucionários e anarquistas, em 1913, no seio do movimento sindical: os primeiros, como Manuel Ribeiro e Carlos Rates, “segundo a interpretação de Sorel”, defendem que “o sindicalismo se basta a si próprio”, os segundos, como Emílio Costa, Clemente Vieira dos Santos e Neno Vasco, concluem que “se o Sindicalismo exprime o conceito de luta de classes, à margem dos partidos políticos e visa à transformação económica da sociedade, a sua existência como doutrina e acção cessa no momento em que o acordo livre e voluntário determina novas fórmulas que atendem a novas necessidades materiais e espirituais da vida humana nas suas mais variadas e complexas manifestações” (SOUSA, Manuel Joaquim de – **O sindicalismo em Portugal**. Porto: Afrontamento, 1972 [1ª ed. 1931], p. 95-96).

O sindicalista holandês Christiaan Cornelissen, ao estudar o movimento sindicalista revolucionário do seu tempo, “distinguiu três grupos entre os activistas do sindicalismo revolucionário: os sindicalistas, que consideravam o sindicalismo como ‘auto-suficiente’ e distinto de qualquer outra ideologia [...]; os anarquistas, que viam no movimento sindical uma possibilidade de passar da agitação à acção; e, finalmente, membros dos partidos socialistas e grupos que desejavam retirar o socialismo do impasse do parlamentarismo” (DAMIER, V., **Anarchosindicalism in the 20th Century**. Edmonton: Black Cat Press, 2009 p. 24). Todas estas tendências são observáveis do seio do movimento sindical português das primeiras duas décadas do século XX.

2 - É inegável a enorme contribuição, neste sentido, de Manuel Joaquim de Sousa, militante anarquista activo em todos os debates sobre relações internacionais no seio do movimento operário português. Manuel Joaquim de Sousa, operário do calçado, nasceu em 1885 em Paranhos, na cidade do Porto. Desde cedo aderiu às ideias anarquistas, integrando o movimento operário portuense. Apesar de possuir apenas a 2ª classe da instrução primária foi um influente orador, polemista, jornalista e militante do movimento anarco-sindicalista. Em 1919, foi eleito como primeiro secretário-geral da Confederação Geral do Trabalho e mais tarde foi o redactor principal do diário confederal “A Batalha”. Respondendo a um pedido da AIT redigiu o livro *O Sindicalismo em Portugal*, uma das principais fontes para a história do movimento operário no primeiro quartel do século XX.

3 - A União Operária Nacional, a primeira organização nacional unitária do movimento operário português, foi constituída em Março de 1914 no Congresso de Tomar. Neste congresso, confrontaram-se as correntes reformista e revolucionária do movimento sindical, resultando deste embate uma solução de conciliação. A influência do Partido Socialista Português era ainda grande, sobretudo nos sindicatos do Norte do país. Os “elementos revolucionários foram obrigados a relevantes cedências”, mas “lograram oficializar a independência sindical face ao poder e aos partidos políticos”. Este congresso terá tido por efeito “um recuo da influência socialista mas também anarquista nas associações de classe”, sendo os sindicalistas revolucionários quem garantia a “unidade entre reformistas e anarco-sindicalistas” (PEREIRA, Joana Dias - **Sindicalismo revolucionário: a história de uma ideia**. Lisboa: Coleidoscópio, 2011, p. 85-88).

4 - SOUSA, Manuel Joaquim de – **O sindicalismo em Portugal**. Porto: Afrontamento, 1972 [1ª ed. 1931], p. 105.

5 - PEREIRA, Joana Dias – **Op. Cit.**, p. 133. A tese principal deste congresso, respeitante à criação da Confederação, “consagra claramente os princípios do sindicalismo revolucionário - a autonomia de base federativa, a inde-

coordene a acção geral dos trabalhadores de todos os países que aspiram ao fim comum da sua integral emancipação.

“4.º O Congresso do Operariado Português declara contribuir, na medida das suas possibilidades, para a execução de qualquer resolução votada pelo operariado organizado dos outros países, no sentido de apressar a queda do regime económico actual da produção e sua substituição pela gestão do trabalho emancipado por meio dos seus organismos de classe”^[8].

A revolução russa teve um profundo impacto no movimento operário português, sendo desde cedo saudada nas páginas da imprensa operária, que faz a sua defesa contra os ataques e calúnias da imprensa burguesa. A imprensa anarco-sindicalista mostrava-se “esperançada nos bolcheviques”, embora publicando opiniões diversas e contraditórias sobre o regime soviético. Embora soubessem que o regime bolchevique não respeitava os princípios libertários^[9], os anarco-sindicalistas recusavam colocar-se ao lado da reacção burguesa que ameaçava a revolução russa^[10].

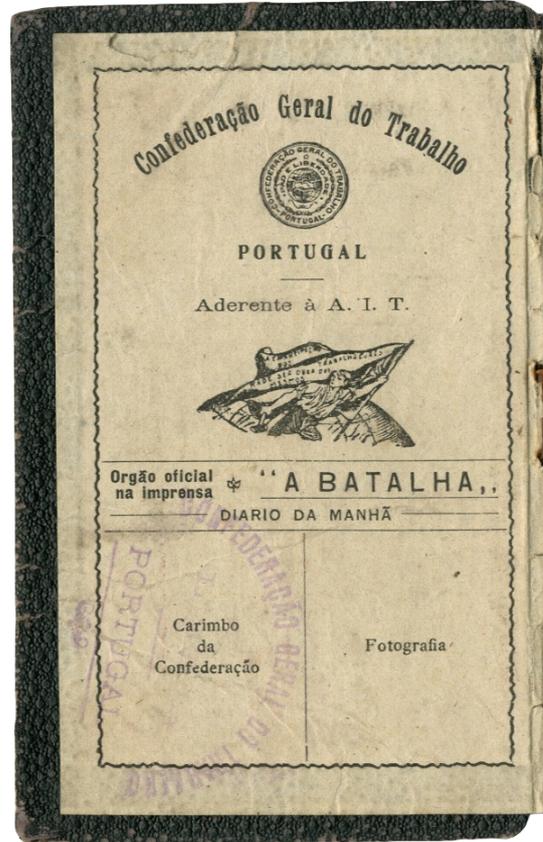
É sobretudo a tentativa de apropriação e reformulação da doutrina sindicalista revolucionária, através da adopção de métodos bolcheviques, que vai dar início a uma batalha ideológica que, a partir de 1919, se manifesta na imprensa operária^[11].

Ao longo do ano de 1919, os sindicalistas partidários da “ditadura do proletariado” bolchevique organizam-se em “conselhos maximalistas”, começando a publicar, em Outubro, o semanário *A Bandeira Vermelha*, órgão da Federação Maximalista Portuguesa, anunciado como um “valioso instrumento de propaganda sindicalista e libertária”^[12].

Por outro lado, entre Novembro de 1920 e Fevereiro de 1921, o sindicalista revolucionário Carlos Rates tentará, através de uma série de artigos publicados nas páginas de *A Batalha*, harmonizar a doutrina sindicalista revolucionária com as ideias de “ditadura do proletariado” e de “vanguarda revolucionária”. Grande defensor da fórmula segundo a qual le syndicalisme se suffit à lui-même [“o sindicalismo basta-se a si próprio”] na polémica que em 1913 opôs sindicalistas revolucionários e anarquistas, Rates advoga agora que este preceito clássico do sindicalismo revolucionário corresponderia ao papel da organização operária na direcção da vida social, advogando a conquista do poder pela CGT, que deveria assumir o papel de vanguarda revolucionária, para instituir uma ditadura proletária, descentraliza-

da e exercida directamente pelos sindicatos e suas federações^[13]. As ideias de Carlos Rates são contrariadas por Emílio Costa que refuta a ideia de ditadura do proletariado com base no exemplo da Rússia, onde esta forma de ditadura não é mais que “uma ditadura propriamente dita, com os seus decretos, as suas sanções, os seus agentes executivos e sobretudo a sua força armada...”^[14].

Apesar de o órgão da CGT, *A Batalha*, permanecer durante muito tempo neutral em relação à clivagem ideológica entre sindicalistas anarquistas e sindicalistas defensores do bolchevismo, a reacção anarco-sindicalista à tendência bolchevista envolverá activamente o próprio secretário-geral da CGT, Manuel Joaquim de Sousa, no diário anar-



Caderneta confederal de um trabalhador sindicalizado

quista de que é director, *A Comuna*^[15]. Só em Dezembro de 1920, a redacção de *A Batalha* toma uma posição, negando a conquista do poder enquanto método revolucionário, numa série de editoriais intitulada “O caminho a seguir”^[16].

Em Fevereiro de 1921, o primeiro Congresso da Federação de Juventudes Sindicalistas^[17] afirma “os meios sindicalistas revolucionários como meios de luta económica e de acção, a dentro da actual sociedade, educando-se e preparando-se para receber um novo regime social, que tendo por sistema político o anarquismo e como regime económico-social o comunismo anárquico”^[18].

Pouco depois do congresso, a facção bolchevista liderada por José de Sousa abandona as Juventudes Sindicalistas, assumidamente anarco-sindicalistas, para integrar o Partido Comunista Português (PCP) fundado em Março^[19].

Ainda em Fevereiro, Manuel Joaquim de Sousa publica um artigo em A Batalha, intitulado “Relações Internacionais”, em que anuncia a realização de uma conferência sindical revolucionária em Berlim^[20] e desafia o proletariado a pensar a questão da organização operária, colocando de parte a Internacional Comunista “por ir contra o estabelecido em Coimbra de não estabelecer relações com partidos políticos”^[21].

Em Julho de 1921, em resposta ao manifesto de fundação do PCP, o Comi-

ca” e que preconiza a socialização dos meios de produção, “entregando a gestão da produção às Federações de Indústria”, a “CGT afirma que a organização sindical – os Sindicatos, as Uniões de Sindicatos, as Federações de Indústria e a Confederação – sendo organismos de combate, serão organismos de expropriação e não confiam a qualquer partido político [...] o que só os trabalhadores podem e devem realizar pela acção directa, nos seus organismos de classe”. Contrariando a afirmação do PCP de que “a organização sindical não se basta a si própria”, o Comité Confederal responde que “a CGT aceita o significado da frase [...] se com ele se quer explicar que para conseguir um estádio social, filosoficamente superior, não basta a luta económica pela acção do sindicalismo; mas se se quer tirar a ilação de que a acção do operariado, como classe social escravizada, não basta ser exercida no terreno económico, para o ser simultaneamente no terreno político parlamentar e com o concurso estéril e perigosamente nocivo dos videirinhos da política, então a CGT fiel às decisões dos Congressos Nacionais sindicais, declara que a acção do operariado basta, e que, como tal, nem emparceira com qualquer partido político, nem consente que no seio da organização se desenvolva a deletéria acção política”^[22].

Em Julho de 1921, realizou-se o Congresso da Internacional Sindical Vermelha (ISV) em Moscovo^[23]. Graças a um sistema de representação que os favorecia, os bolcheviques conseguiram levar adiante o seu plano de criação de uma internacional sindical (Profintern) subordinada à Internacional Comunista (Comintern). As organizações sindicalistas revolucionárias, muitas das quais ainda sem possuírem uma posição clara em relação à ISV, não conseguiram levar adiante o projecto de uma internacional sindical revolucionária, apesar de os seus delegados presentes no Congresso terem adoptado um “Manifesto dos sindicalistas revolucionários internacionais” e concordado em criar uma “associação de elementos revolucionários internacionais”^[24].

Mas, à medida que foram tomando conhecimento da repressão que atingia os anarquistas e anarco-sindicalistas na Rússia bolchevique, endurecida ao longo do ano de 1921, as posições das organizações sindicalistas revolucionárias foram-se clarificando. Em Junho de 1922, realizou-se em Berlim “uma conferência sindicalista internacional com o objectivo de estudar as diferenças de posições existentes entre o movimento sindicalista revolucionário de todos os

dependência face a toda a escola política ou doutrina religiosa, o objectivo da supressão do salariato pela posse de todos os meios de produção”. “Neste congresso procura-se contornar já não as diferenças entre reformistas e revolucionários mas entre os militantes influenciados pela revolução russa e os anarquistas”, funcionando o sindicalismo revolucionário como a solução de conciliação (PEREIRA, Joana Dias – *Op. Cit.*, p. 133).

6 - FREIRE, João – *Anarquistas e operários: ideologia, ofício e práticas sociais: o anarquismo e o operariado em Portugal, 1900-1940*. Porto: Afrontamento, 1992, p. 203. Este autor estima em 85 mil o número de trabalhadores confederados em 1920-1921, 90 mil em 1922, 55 mil em 1923-1924 e 70 mil em 1925. Outros autores, como Rudolf Rocker, colocam a afiliação da CGT em 150 mil membros em 1922 (ROCKER, Rudolf - *Anarcho-sindicalism*), provavelmente seguindo a informação de Manuel da Silva Campos, delegado da CGT ao 2º Congresso da AIT em Amesterdão (FREIRE, João – *Ibid.*).

7 - PEREIRA, Joana Dias – *Op. Cit.*, p. 120. Neste contexto, o Partido Socialista Português vê “a sua influência no meio sindical reduzida ao mínimo” e os seus representantes abandonam “a pretensão de hegemonizar o movimento operário” (p. 120-121).

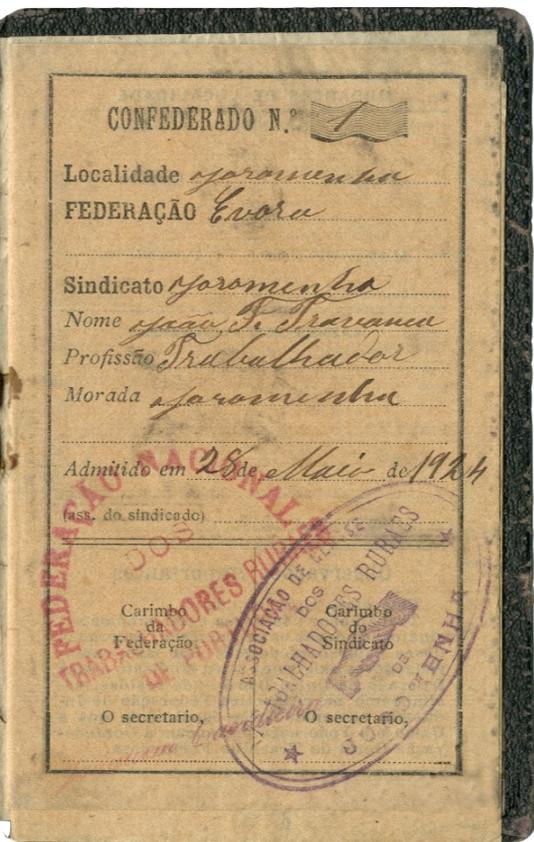
8 - SOUSA, Manuel Joaquim de – *Op. Cit.*, p. 112-113.

9 - A revista anarquista A Sementeira, respondendo à pergunta lançada por Pierre Monatte ao movimento operário francês - “O Soviet é porventura coisa muito diversa da União Local de Sindicatos?” - afirmava o seu receio face a “certas superfetações políticas, resultantes do dualismo da organização económica (soviet económico ou sindicato) e da organização política centralizada (sindicato político)” (PEREIRA, Joana Dias – *Op. Cit.*, p. 127).

10 - PEREIRA, Joana Dias – *Op. Cit.*, p. 126-127.

11 - Os primeiros protagonistas desta polémica, que tem lugar nas páginas do diário da CGT A Batalha, serão o sindicalista revolucionário Manuel Ribeiro, que começa a defender que o melhor caminho para obter a “emancipação dos proletários” é “a conquista do poder”, divulgando “a formidável obra de remodelação social feita pelos soviets”, e o anarquista Emílio Costa, que recusa a “táctica socialista de conquista dos poderes públicos” e a “ditadura do proletariado”, “um perigo para (...) a base necessária de uma melhoria na vida colectiva: a liberdade” (citados por PEREIRA, Joana Dias – *Op. Cit.*, p. 127-128).

12 - PEREIRA, Joana Dias – *Op. Cit.*, p. 138. A Bandeira Vermelha fará a apologia do regime soviético, divulgando as ideias dos líderes bolcheviques russos e procurando legitimar a “ditadura do proletariado” como uma fase de transição para a sociedade desejada pelos sindicalistas portugueses e o “sovietismo” como a “fórmula slava do sindicalismo operário ocidental”. Defendendo a “Revolução Social concretizada na Ditadura do Proletariado” como uma nova era no plano das ideologias (Manuel Ribeiro, “Novas Tendências Sociais”, *A Bandeira Vermelha*, 7 de Outubro de 1919, citado por PEREIRA, Joana Dias – *Op. Cit.*, p. 139), a Federação Maximalista Portuguesa não descurava assumir o papel de vanguarda revolucionária quando houvesse as condições para a constituição de um poder soviético em Portugal e afirmava já a necessidade de um “forte organismo extra-sindical de carácter proletário e revolucionário” (PEREIRA, Joana Dias – *Op. Cit.*, p. 139). Mas a confusão ideológica entre os partidários do bolchevismo em Portugal era de tal ordem que, em resposta às críticas que foram surgindo, A Bandeira Vermelha afirma ainda: “todo o indivíduo que em Portugal se declare bolchevista é anarquista ou sindicalista revolucionário (...) adoptando contudo a designação de bolchevistas, comunistas, maximalistas ou sovietistas desde que combatam intransigentemente as instituições burguesas e apressem a evolução do regime capi-



té Confederal da CGT publica a Nota Oficiosa “Em face de um novo partido político”. Nesta, o Comité Confederal “afirma “a característica anti-colaboracionista da organização sindical com as instituições da burguesia e com quaisquer partidos políticos, seja qual for o seu método de acção e a sua finalidade político-social” e defende que “o proletariado, a caminho da sua emancipação pela libertação da tutela dos senhores de hoje, não quer criar novas cadeias onde o prendam, amanhã, novos senhores”. Face às afirmações do PCP, de que constitui “um organismo político-revolucionário de administração políti-

talista para a sociedade anarquista que é o objectivo para que tendem os bolchevistas russos” (“Declaração de Princípios”, *A Bandeira Vermelha*, 12 de Outubro de 1919, citado por PEREIRA, Joana Dias — *Op. Cit.*, p. 139). Em *A Bandeira Vermelha* “a recorrência às grandes figuras da escola libertária será muito frequente”, sendo os ideólogos anarquistas “praticamente tão citados como Lenine” (PEREIRA, Joana Dias — *Op. Cit.*, p. 140).

13 - PEREIRA, Joana Dias — *Op. Cit.*, p. 147-149.

14 - Emílio Costa, “A Revolução sem Ditadura, Para Evitar Confusões”, *A Batalha*, 21 de Janeiro de 1921, citado por PEREIRA, Joana Dias — *Op. Cit.*, p. 149.

15 - PEREIRA, Joana Dias — *Op. Cit.*, p. 151.

16 - PEREIRA, Joana Dias — *Op. Cit.*, p. 152.

17 - As Juventudes Sindicalistas (JS) existiram enquanto movimento organizado entre 1913 e 1927, filiando-se simultaneamente nos movimentos anarquista e sindical. A organização das Juventudes Sindicalistas baseava-se em Núcleos locais autónomos, cujas finalidades passavam pela educação moral, intelectual e física dos seus associados, pela dinamização do espírito associativo e reivindicativo, pela propagação dos princípios do sindicalismo revolucionário e da acção directa operária, pela difusão das ideias internacionalistas e anti-militaristas. Em 1921, sofreram uma cisão provocada pelo seu secretário-geral José de Sousa, que constituirá a organização juvenil do Partido Comunista com uma fracção de membros das Juventudes Sindicalistas. Só no Congresso Operário da Covilhã se dá o reconhecimento oficial da Federação das Juventudes Sindicalistas (FJS) por parte da CGT. No período 1913-1937 terão existido 35 Núcleos estáveis das JS. Em 1922, já depois da cisão bolchevique, as JS contariam com 5000 filiados, que, em 1923, seriam cerca de 3000 e, em 1926, aproximadamente 2000. Na Declaração de Princípios aprovada no seu 2º Congresso de 1926, a FJS afirma ser “anarquista a sua ideologia” e “sindicalista revolucionário o seu método de acção”, afirma-se igualmente anti-militarista, anti-autoritária, revolucionária, sendo de “franca hostilidade a sua atitude em face dos partidos políticos”. As JS foram um alvo preferencial da repressão policial devido à sua reputação de radicalismo, que a partir de 1920 começa a ser associada às bombas e aos atentados pessoais. Em 1921, o próprio Congresso da Federação consagra a violência como meio de acção e decide a criação secreta do Comité de Defesa Sindical, uma organização paralela e secreta destinada a acções de apoio às lutas sindicais. A repressão levou, só em Março de 1922, à detenção de cerca de 200 militantes e ao encerramento dos Núcleos de Lisboa, Almada e Évora. Um grande número de militantes das JS sofreram a deportação para as colónias portuguesas de África e para Timor. Cf. FREIRE, João — *As Juventudes Sindicalistas: um movimento singular*. Penélope, 4 (1989).

18 - “O I Congresso das Juventudes Sindicalistas”, *A Batalha*, 2 de Fevereiro de 1921, citado por PEREIRA, Joana Dias — *Op. Cit.*, p. 155.

19 - OLIVEIRA, César — *O Primeiro Congresso do Partido Comunista Português*. Lisboa: Seara Nova, 1975, p. 35. Segundo este autor, a fundação do PCP decorre da acção da Federação Maximalista, mas “não resulta do crescimento desta organização nem corresponde ao aumento da sua influência de massas. De facto o período áureo da CGT situa-se exactamente entre 1919 e 1923-1924” (p. 35-36).

20 - Em Dezembro de 1920, a sindicalista revolucionária FAUD (*Freie Arbeiter-Union Deutschland*) acolheu uma conferência internacional em Berlim, que teve por objectivo tentar obter um acordo entre os sindicalistas revolucionários sobre a questão internacional e, particularmente, sobre



países e a Internacional Sindical Vermelha” e para chegar a um acordo sobre a formação de uma Internacional de Sindicatos Revolucionários, caso as diferenças com a ISV não possam ser resolvidas”^[25]. A conferência acabou por decidir a ruptura com a ISV e a convocatória de um congresso internacional de sindicatos revolucionários.

Entretanto, em Portugal, nos primeiros dias de Outubro de 1922, realiza-se na Covilhã o 3º Congresso Operário Nacional. As principais teses apresentadas a votação diziam respeito à estruturação orgânica da CGT, destacando-se a tese “Organização Social Sindicalista”^[26], e às relações internacionais, com uma proposta de adesão à Internacional Sindical Vermelha. O Congresso acabou por ser dominado pela questão das relações internacionais, porquanto esta colocava em confronto a facção bolchevista, minoritária, que pretendia conquistar a CGT, e a grande maioria sindicalista revolucionária e anarco-sindicalista, que pretendia conservar o carácter sindicalista revolucionário, autónomo e apolítico da confederação operária. O debate foi vivo, tendo 40 delegados pedido a palavra para intervir nesta questão.

Fernando de Almeida Marques, representando as Juventudes Sindicalistas, pronunciou um discurso em que afirmou: “As Juventudes Sindicalistas discordam da adesão a Moscóvia, declarando-se fiéis aos princípios sindicalistas revolucionários que sempre defenderam. [...] Se se aceitar a adesão a Moscóvia temos de aceitar a ligação com o P.C.P., quando há pouco tempo toda a organização o repeliu solidarizando-se com a nota oficiosa da C.G.T. [...] A transformação da I.S.V. é impos-

sível porque Portugal só teria 1 voto dentro dela, enquanto a Central Russa tem 17. Semelhante sistema de votações é o esmagamento”^[27].

A proposta de adesão à Internacional de Moscovo acabou por ser rejeitada, com a aprovação, com 55 votos a favor, 22 contra e 8 abstenções, de uma moção de Clemente Vieira dos Santos, que começa por tecer uma série de considerações: “Considerando: que o sindicalismo revolucionário teve a sua origem histórica nas pugnas desencadeadas no laboratório ideológico da 1.ª Internacional, levada a efeito pelos fervorosos partidários dos princípios autoritários e centralistas; que a tese “Organização Social Sindicalista” preconiza o princípio da 1.ª Internacional [...]; que a tese em alusão confirma também que o movimento operário sob a inspiração suprema do sindicalismo revolucionário, partiu de um momento de espontânea revolta contra o predomínio dos partidos políticos; que a organização portuguesa moderna tem visado um ideal, afirmando uma tática – a do sindicalismo revolucionário, e uma finalidade – o comunismo livre; que [...] o Sindicalismo, organização baseada nas profissões, tem por fim imediato e sub-jectivo, a defesa, a luta directa de classes e a expropriação contra o regime burguês, patronal e estatal; que, por consequência, [...] tem uma acção exclusiva e puramente anti-política e estatal e é estranha a qualquer poder governativo, rejeitando, ipso-facto, os princípios e meios de acção da democracia; [...] que os princípios ideológicos consignados na tese “Organização Social Sindicalista” condizem perfeitamente com os princípios expressos nas moções aprovadas na Conferência Internacional

de Berlim [...]”.

Referindo-se à tese apresentada no Congresso a favor da adesão à Internacional Sindical Vermelha, a moção aprovada classifica-a como “erro lamentável que revoga toda a característica doutrinária e originária do Sindicalismo Revolucionário”, uma vez que a ISV “defende a conquista dos poderes e a ditadura do proletariado nas mãos de um poder central erroneamente proletário; [...] determina um contacto estreito e uma ligação orgânica e técnica entre a Internacional Sindical Vermelha e a Internacional Comunista; [...] estabelece uma junção real e estreita entre os sindicatos operários e o partido comunista russo aceitando a interpenetração de membros dum e doutros nos seus corpos directivos; [...] estando perfeitamente ligado ao Partido Comunista Russo, que está no poder, encontra-se, ipso-facto, ao lado do Estado e do governo moscovita [...] sendo assim, está considerada como um instrumento do estado russo, sendo sua subordinada política, o que destrói toda a essência sindicalista revolucionária que a organização operária portuguesa deve manter a todo o custo”.

Desta forma, a moção de Clemente Vieira dos Santos conclui:

“O Congresso Nacional Operário, reunido na Covilhã, resolve:

“1.º - Rectificar a sua plena concordância, para manter a tese já aprovada sobre a Organização Social Sindicalista;

“2.º - Manter a genuína característica do sindicalismo revolucionário em que a organização operária portuguesa tem assentado;

“3.º - Não aceitar a adesão a qualquer uma das duas Internacionais existentes, uma (a de Amsterdão), por falsear a sua missão histórica, colaborando com a burguesia; outra, a I.S.V, por estabelecer a coligação com os partidos políticos comunistas e estatais que pretendem estagnar e absorver a revolução, e por estar intimamente relacionada com o Estado russo;

“4.º - Aceitar os princípios estabelecidos na Conferência de Berlim, por estarem consentâneos com o espírito revolucionário pré-estabelecido na tese Organização Social Sindicalista, aguardando, para resolução definitiva, a efectivação do Congresso marcado pela mesma Conferência, no qual se fará representar - se possível for - o operariado português”^[28].

O congresso de constituição da internacional anarco-sindicalista, designada Associação Internacional dos Trabalhadores, teve finalmente lugar em Berlim, entre os dias 25 de Dezembro

de 1922 e 2 de Janeiro de 1923. A CGT portuguesa enviou o seu apoio por escrito e foi reconhecida como membro de pleno direito do congresso^[29].

Apesar da indicação precisa sobre a orientação das relações internacionais da C.G.T., dada pelo Congresso da Covilhã, era necessária uma decisão definitiva sobre a adesão à Associação Internacional dos Trabalhadores, entretanto fundada em Berlim. Esta decisão definitiva chegou em 8 de Setembro de 1924, quando 115 sindicatos se pronunciaram, a pedido do Conselho Confederal da C.G.T., num referendo sobre a adesão internacional da organização operária portuguesa. O resultado foi ainda mais esclarecedor, segundo Manuel Joaquim de Sousa porque no Congresso da Covilhã “estavam os delegados, no referendado falaram os próprios organismos”: 104 sindicatos pronunciaram-se pela adesão à AIT, contra apenas 6 que votaram favoravelmente à adesão à ISV de Moscovo, registando-se 5 abstenções^[30].

Em 1923, teve lugar em Évora a Conferência das Organizações Operárias de Espanha e Portugal, com a presença de Ácrato Lluhl, Manuel Pérez e Sebastián Clara, como delegados da CNT, e de José da Silva Santos Arranha e Manuel Joaquim de Sousa, pela CGT. Nesta reunião, segundo Edgar Rodrigues, “Manuel Joaquim de Sousa - com o apoio de Manuel Pérez - propôs, pela primeira vez, a unificação do Movimento Confederal e Libertário da Península Ibérica, englobando anarquistas espanhóis e portugueses”^[31]. A ditadura de Primo de Rivera instaurada em Espanha em 1923, que ilegalizou a CNT, e a ditadura militar em Portugal em 1926, e a consequente ilegalização da CGT, em 1927, tornariam impossível o projecto de uma confederação operária ibérica^[32].

Entretanto, o Partido Comunista Português prossegue o seu trabalho de oposição dentro da CGT, com o objectivo de a “conquistar”, seguindo as ordens do regime de Moscovo e recebendo do mesmo orientação e apoio^[33].

Em 1924, sucedem-se os congressos operários, onde a adesão à AIT é aprovada (3º congresso Corticeiro; 3º Congresso dos Operários do Calçado, Couro e Peles; 1º Congresso dos Operários da Indústria das Conservas; 2º Congresso da Indústria da Tanoaria)^[34]. O 6º Congresso dos Trabalhadores Rurais aprova uma Declaração de Princípios em que afirma: “Os trabalhadores rurais rejeitam o salariato, nem o compreendem dentro do regime de comunismo livre com as terras socializadas. Preferem o acordo fraternal entre os organismos

o congresso para a criação de uma internacional sindical anunciado para Maio de 1921 em Moscovo (este congresso seria adiado para Julho). Estiveram presentes delegações das organizações: FAUD (Alemanha), *Comités Syndicalistes Révolutionnaires* (França), SAC (Suécia), NAS (Holanda), *Shop Stewards' and Workers' Committee Movement* (Grã-Bretanha), *Federación Regional Obrera Argentina e Industrial Workers of the World* (EUA). A conferência recebeu ainda manifestações de apoio da *Fagopositionens Sammenlutning* dinamarquesa, da *Norsk Syndikalistik Federation* norueguesa e da CGT portuguesa. Também esteve presente um representante da central sindical soviética. A conferência não pôde contar com a presença da *Unione Sindacale Italiana*, devido ao seu envolvimento no movimento de ocupações de fábricas em Itália, nem com a *Confederación Nacional del Trabajo* de Espanha, a braços com uma vaga de repressão. Destas organizações, os Shop Stewards da Grã Bretanha e os CSR de França já haviam aderido à ISV. A Declaração saída da Conferência de Berlim, aprovada por todos os delegados com a excepção dos franceses e dos russos, apela à participação das organizações revolucionárias no congresso de Maio de 1921 em Moscovo, com vista à formação de uma internacional de sindicatos revolucionários de todo o mundo, ao mesmo tempo que afirma o papel dos sindicatos na revolução e a independência dos mesmos em relação aos partidos políticos. Foi também estabelecido um Bureau de Informação Sindicalista (THORPE, Wayne - *The workers themselves: revolutionary syndicalism and international labour, 1913-1923*. Dordrecht: Kluwer, 1989, p. 150-153).

21 - PEREIRA, Joana Dias - *Op. Cit.*, p. 155.

22 - SOUSA, Manuel Joaquim de - *Op. Cit.*, p. 130-136. Analisando mais tarde as desinteligências provocadas pelos comunistas no seio da CGT, Manuel Joaquim de Sousa lembrará que, na CGT, “Nem todos os militantes eram anarquistas, mas todos eram revolucionários, antiparlamentaristas e pouco ou nada colaboracionistas mesmo no terreno económico” e que “às primeiras manifestações do desvio preconcebido do PC em formação, respondeu a CGT com a Nota Oficiosa [...] e toda a organização respondia apoiando-a sem a menor restrição” (Manuel Joaquim de - *Op. Cit.*, p. 159).

23 - A CGT enviou como observador ao Congresso da ISV o sindicalista Perfeito de Carvalho. Manuel Joaquim de Sousa narra assim a história da delegação portuguesa ao Congresso da ISV: “a CNT convidou a CGT a enviar à Rússia um delegado para assistir ao Congresso da ISV e dando conta que de Espanha iriam 5 delegados. O Comité da CGT Portuguesa ignorava que aquela delegação fosse ilegal e arbitrária (Pleno de Lérida) e que o Pleno de Logronho da CNT a desautorizasse, desautorização confirmada, mais tarde pela Conferência de Saragoça. Aceitou como leal e bom o convite e nomeou Perfeito de Carvalho. Este, porém, devendo assistir ao Congresso da ISV, respeitando os princípios e decisões da organização portuguesa votados no Congresso de Coimbra, deveria, segundo prévio compromisso seu, elaborar uma brochura relatando as condições de vida do povo russo dentro do novo regime e sobretudo as do proletariado - relato baseado nas suas observações directas com o fim de elucidar o proletariado português. Não satisfez, porém, o compromisso. Na sua vinda a Portugal, Novembro de 1921, limitou-se a dar explicações verbais e a traduzir os discursos pronunciados no Congresso da ISV - a que já não pôde assistir, por ter chegado tarde - numa brochura do delegado comunista francês, Rosmer. Investido dum mandato da ISV, retirou de novo de Portugal, para voltar quando do Congresso da Covilhã ainda no desempenho deste último mandato, mas sem ter-se desempenhado do que lhe foi confiado pela CGT portuguesa.” (SOUSA, Manuel Joaquim de - *Op. Cit.*, p. 138-139).

24 - “Todas as organizações sindicalistas revolucionárias que tomaram parte na conferência de Berlim de 1920 enviaram representantes (com a excepção da FAUD)” (DAMI-

camponeses e os organismos industriais para a troca recíproca de produtos utilizáveis, as ferramentas e as matérias-primas, no país por intermédio da CGT e no mundo pela AIT^[35].

Entre os dias 23 e 27 de Setembro de 1925, realiza-se o 1º Congresso Confederal (4º Nacional) em Santarém, com a presença de 164 delegados, representando 113 sindicatos, 11 federações de indústria e 5 uniões de sindicatos. Manifestaram a sua adesão ao Congresso ainda 22 sindicatos que não puderam enviar delegados. A AIT foi representada neste congresso por Armando Borghi e a CNT de Espanha por Ave-lino Gonzalez e Segundo Blanco. O Congresso ratificou, sem polémica, a adesão à AIT^[36].

A participação activa da CGT na actividade da Internacional prolongou-se ao longo da década de 20, com particular empenho de Manuel Joaquim de Sousa. Em 1925, a CGT foi representada no 2º Congresso da AIT, em Amesterdão, por Manuel da Silva Campos. Em 1926, Manuel Joaquim de Sousa foi o delegado da CGT à Conferência Internacional de Paris. Também em 1926, Manuel Joaquim de Sousa representou a AIT, juntamente com Armando Borghi, no Congresso de Marselha, da Federação de Grupos Anarquistas de Língua Espanhola^[37].

Apesar de não ter estado presente nas reuniões internacionais que conduziram à criação da Associação Internacional dos Trabalhadores, a organização operária portuguesa foi, desde cedo, uma forte apoiante da criação de uma internacional sindicalista revolucionária. A criação desta internacional integrava, para os sindicalistas revolucionários e anarco-sindicalistas portugueses, um projecto de transformação social a nível global, a levar a cabo pelas organizações sindicais revolucionárias. A partir de 1920-21, passou também a corresponder à necessidade de manter a confederação sindical numa linha revolucionária e independente de qualquer formação política. Este último objectivo, tornou-se premente face às tentativas de um sector do sindicalismo fascinado com a “ditadura do proletariado” na Rússia, entretanto organizado enquanto Partido Comunista Português (PCP), de subordinar a organização confederal às directrizes do governo bolchevique de Moscovo, tentando a sua adesão à recém-criada Internacional Sindical Vermelha (ISV). Da mesma forma, a federação das organizações revolucionárias do movimento operário, primeiro a nível ibérico e depois a nível mundial, era um objectivo que vinha

sendo defendido, pelo menos desde 1915, pelos militantes anarco-sindicalistas portugueses.

R. Pereira

Referências bibliográficas:

O que é a A.I.T.?, seguido de Manobras autoritárias na 1ª Internacional. [Lisboa]: AIT-SP, 1999. Disponível em: <<http://www.freewebs.com/ait-sp/oqueeaait.htm>>.

CARRAPATO, Júlio – O regicídio, o 5 de Outubro de 1910, a I República Portuguesa e a intervenção anarquista. Faro: Sotavento, 2011.

DAMIER, V. – *Anarchosyndicalism in the 20th Century*. Edmonton: Black Cat Press, 2009 [Disponível online em: <<http://libcom.org/library/anarcho-syndicalism-20th-century-vadim-damier>>].

FREIRE, João – *Anarquistas e operários: ideologia, ofício e práticas sociais: o anarquismo e o operariado em Portugal, 1900-1940*. Porto: Afrontamento, 1992.

FREIRE, João – As Juventudes Sindicalistas: um movimento singular. *Penélope*, 4 (1989). [Consult. 26-12-2012]. Disponível em: <http://www.penelope.ics.ul.pt/indices/penelope_04/04_07_JFreire.pdf>.

GARDNER, Jason – Creating Unity or Division? The Origins of the Federación Anarquista Ibérica. *University of Sussex Journal of Contemporary History*, 6 (2003). [Consult. em 25-12-2012]. Disponível em: <<http://www.sussex.ac.uk/history/documents/jg>>.

OLIVEIRA, César – *O Primeiro Congresso do Partido Comunista Português*. Lisboa: Seara Nova, 1975.

PEREIRA, Joana Dias - *Sindicalismo revolucionário: a história de uma ideia*. Lisboa: Caleidoscópio, 2011 [A tese de mestrado que deu origem a esta edição encontra-se também disponível online em: <<http://www.ifch.unicamp.br/mundosdotrabalho/arquivos/joanadias.pdf>>].

ROCKER, Rudolf – *Anarcho-syndicalism*. [Consult. 27-12-2012]. Disponível em: <<http://libcom.org/library/anarcho-syndicalism-rudolf-rocker>>.

RODRIGUES, Edgar – *História do Movimento Anarquista em Portugal*. [Consult. 26-12-2012]. Piracicaba: Ateneu Diego Giménez, 2010. Disponível em: <<http://ateneudiegogimenez.wordpress.com/2010/12/30/historia-do-movimento-anarquista-em-portugal-edgar-rodrigues>>.

SOUSA, Manuel Joaquim de – *O sindicalismo em Portugal*. Porto: Afrontamento, 1972 [1ª ed. 1931].

THORPE, Wayne – “The workers themselves”: *revolutionary syndicalism and international labour, 1913-1923*. Dordrecht: Kluwer, 1989 [Disponível online em: <<http://libcom.org/library/workers-themselves-wayne-thorpe>>].

ZARCONE, Pier Francesco – *O anarquismo na história de Portugal*. [Consult. 26-12-2012]. Disponível em: <http://www.fdca.it/fdcapt/imprensa/cadernos/hist_port/indice.htm>.

ER, V. - *Anarchosyndicalism in the 20th Century*. Edmonton: Black Cat Press, 2009, p. 74).

25 - DAMIER, V. - *Op. Cit.*, p. 78-79.

26 - A tese “Organização social sindicalista” preconizava a adesão “à Internacional que mais esteja de harmonia com o ideal sindicalista revolucionário” (SOUSA, Manuel Joaquim de – *Op. Cit.*, p. 213).

27 - SOUSA, Manuel Joaquim de – *Op. Cit.*, p. 143-144.

28 - SOUSA, Manuel Joaquim de – *Op. Cit.*, p. 144-147.

29 - Estiveram representadas a FORA (Argentina), a USI (Itália), a FAUD (Alemanha), a secção chilena da IWW, a SAC (Suécia), a NSF (Noruega), a *Syndikalistik Propagandaforbund* (Dinamarca), a NAS (Holanda), a CGT (México). Os delegados da CNT (Espanha) foram detidos antes de chegarem a Berlim. O delegado da FORU (Uruguai) também chegou demasiado tarde para participar. Foram ainda concedidos votos consultivos a organizações de França, Alemanha, Rússia e Checoslováquia (THORPE, Wayne – *Op. Cit.*, p. 214-215).

30 - SOUSA, Manuel Joaquim de – *Op. Cit.*, p. 148-149.

31 - RODRIGUES, Edgar – *História do Movimento Anarquista em Portugal*, Piracicaba: Ateneu Diego Giménez, 2010, p. 17.

32 - GARDNER, Jason – Creating Unity or Division? The Origins of the Federación Anarquista Ibérica. *University of Sussex Journal of Contemporary History*, 6 (2003), p. 9. Segundo Jason Gardner, “só quando a Federação sindicalista Ibérica se tornou uma impossibilidade, o processo da criação da FAI [Federação Anarquista Ibérica] começou seriamente a avançar” (p. 9). Criada em 1927, a Federação Anarquista Ibérica correspondeu a uma “sentida necessidade de unir o movimento libertário da Península Ibérica”, com vista, também, à revitalização do anarquismo e do sindicalismo em Espanha e Portugal (GARDNER, Jason – *Op. Cit.*, p. 10).

33 - Jules Humbert Droz, enviado pela Internacional Comunista a Portugal para organizar o PCP, escreverá em 1923 no seu relatório: “O trabalho no seio da CGT a favor da Internacional Sindical Vermelha é feito pela minoria sindical que mantém as melhores relações com o partido e que concluiu com ele um pacto pelo qual o partido deixa à minoria sindical o cuidado de conduzir a acção no seio da CGT. Mas o partido impõe aos seus membros a obrigação de aderirem à minoria sindical. Reserva-se o direito de propor e defender o seu ponto de vista e conserva o direito de formar em todos os sindicatos os seus núcleos comunistas que apoiarão a acção da minoria e farão propaganda comunista. O partido é o braço direito da minoria sindical e a sua acção é muito importante para a conquista da CGT”. E afirma ainda, Humbert Droz, acerca da “minoria sindical”: “Organizei-a no mês de Agosto e ela já fez um trabalho interessante. [...] A maioria sindicalista está em plena crise; o secretariado queria aplicar sanções à minoria; foi reprovado pelo conselho e teve de se demitir. Foi nomeado um novo secretariado que tolera a minoria, mas este incidente provocou lutas muito vivas no seio da maioria, lutas individuais e de prestígio que aproveitarão aos nossos amigos”. Citado por OLIVEIRA, César – *O Primeiro Congresso do Partido Comunista Português*, p. 94-96.

34 SOUSA, Manuel Joaquim de – *Op. Cit.*, p. 154

35 SOUSA, Manuel Joaquim de – *Op. Cit.*, p. 157

36 SOUSA, Manuel Joaquim de – *Op. Cit.*, p. 161-162

37 SOUSA, Manuel Joaquim de – *Op. Cit.*, p. 189

Há noventa anos: o congresso de fundação da AIT é interrompido duas vezes pela polícia alemã

O congresso de fundação da internacional sindicalista revolucionária AIT, na viragem dos anos 1922-1923, realizou-se num contexto de grandes convulsões. A Primeira Guerra Mundial tinha terminado poucos anos antes, sendo imediatamente seguida por amplos movimentos revolucionários em vários países, que estabeleceram tendências duradouras na história mundial.

Durante a guerra, a internacional social-democrata entrou em colapso e os partidos a ela filiados atiraram o seu internacionalismo pela borda fora. Sob a liderança do seu secretário-geral belga Emilie Vandervelde, deram apoio activo à guerra em nome dos seus países. A internacional sindical reformista também entrou em colapso mais ou menos na mesma altura.

Após o fim da Guerra, iniciaram-se tentativas para reconstruir as organizações internacionais. A Internacional Comunista organizou um congresso em Moscovo em 1919, como continuação da chamada Internacional de Zimmerwald, que tinha sido estabelecida já durante a guerra. A internacional sindical reformista foi restabelecida no mesmo ano num congresso em Amesterdão. A internacional social democrata foi formada em 1921 num congresso realizado em Viena, tendo o austríaco Fridrich Adler como o seu principal promotor. Esta organização fundiu-se com a outra internacional social democrata em 1923.

Por iniciativa dos comunistas, um congresso realizado em Moscovo em 1921 criou a chamada Internacional Sindical Vermelha. Esta organização desenvolveu grandes esforços para que os sindicalistas aderissem à mesma, mas as organizações sindicalistas revolucionárias recusaram, por não estarem dispostas a envolver-se numa internacional sindical liderada por um movimento político, neste caso os comunistas.

Entre os dias 25 de Dezembro de 1922 e 2 de Janeiro de 1923, delegados de 10 países, representando cerca de dois milhões de trabalhadores organizados, realizaram um Congresso em Berlim. Foi neste congresso que a internacional sindicalista revolucionária AIT foi fundada.

O congresso não conseguiu trabalhar sem ser vítima de perturbações. Era necessário ter cuidado, uma vez que alguns delegados haviam chegado ali de forma ilegal, sem o conhecimento da



Alguns participantes do Congresso de fundação da AIT, em Berlim, Dezembro de 1922

polícia. O primeiro dia do congresso teve lugar num edifício nos arrabaldes de Berlim. O plano era continuar o congresso no dia seguinte num outro lugar mas, devido à vigilância policial, foi dada uma mensagem secreta aos delegados para que se encontrassem num terceiro lugar, em Nieder-Schönweide, outra área de Berlim. Durante a tarde, os trabalhos prosseguiram normalmente até que uma patrulha da polícia irrompeu subitamente pelo edifício exigindo os documentos de identificação dos delegados. Os companheiros alemães protestaram vigorosamente e exigiram que a polícia mostrasse provas de que tinha mandato para aquela acção. A patrulha policial não possuía tais documentos, pelo que se retirou, deixando dois polícias no local a vigiar. Os delegados ao congresso afluíram então para a porta, saíram para a rua, afastaram os polícias e desapareceram.

O congresso reuniu-se de novo no dia seguinte, desta vez perto de Alexanderplatz no centro de Berlim, não muito longe da sede da polícia.

Neste edifício, o congresso prosseguiu sem interrupções durante alguns dias. Mas num dia, antes do meio-dia teve lugar um novo ataque policial. Todo o edifício foi cercado por polícias com espingardas e com revólveres e granadas nos cintos. Forçaram a sua passagem para a sala da reunião, onde os delegados levantaram grande alvoroço e protestaram fortemente. Um delegado que carecia dos documentos ne-

cessários saltou pela janela, mas foi apanhado pela polícia no exterior. Um delegado polaco que também não tinha papéis resistiu à polícia, mas foi posto fora de combate. Uma delegada francesa avançou então e desferiu um soco na cara de um polícia com o punho cerrado. Foi detida e transportada com outros companheiros para a prisão em Moabit. Todos os delegados foram revistados minuciosamente. Entre eles estava Emil Manus, que representava a Dinamarca e a Noruega, e Edvind Lindstam e Frans Severin, que representavam a SAC da Suécia. Também estiveram presentes outros dois membros da SAC, não como delegados, mas a título individual, passando por Berlim a caminho de Paris. Eram os autores, mais tarde famosos, Eyvind Johnsson e Viktor Vinde, o último dos quais se tornaria editor do jornal Stockholmstidningen.

Após tudo isto, a polícia abandonou a reunião e o congresso prosseguiu. Criou a Associação Internacional dos Trabalhadores. A Internacional sindicalista revolucionária continuou a funcionar durante a Segunda Guerra Mundial, enquanto as outras internacionais colapsaram, e prossegue a sua actividade nos dias de hoje.

John Andersson
("Solidaritet", Ago.-Set. 1959)

Texto traduzido a partir da versão inglesa publicada em: <http://www.iwa-ait.org/>

Entrevista KRAS - secção russa da AIT



Podem falar-nos um pouco da vossa organização? Como começou a KRAS? Estiveram envolvidos em conflitos laborais? Como descreveriam o panorama geral da classe trabalhadora na Rússia nos dias de hoje?

A nossa organização surgiu de forma gradual nos anos de 1991-1995. A sua criação resultou de alguma clarificação de posições no seio do movimento libertário na Rússia. É claro que a tradição anarquista na Rússia foi destruída durante a ditadura “vermelha” e, após o ressurgimento do movimento no final dos anos 80, prevaleceram posições muito estranhas: de tal forma que, na chamada “Confederação de Anarco-Sindicalistas” (apesar do seu nome, era antes uma federação anarquista generalista), predominavam conceitos de “socialismo libertário de mercado”, e também existiam algumas ideias confusas como o “anarco-capitalismo”, etc. Apesar disso, criámos uma corrente anarco-comunista (a Iniciativa de Anarquistas Revolucionários, IREAN, em 1991 e a Federação de Anarquistas Revolucionários, FRAN, em 1992) e reorientámo-nos para a Associação Internacional dos trabalhadores, a única organização internacional que tem por finalidade o comunismo libertário (a tendência pró-AIT existiu na IREAN e na FRAN desde 1992). A KRAS foi oficialmente fundada em 1995 e em 1996 aderimos enquanto secção à

Internacional.

Há que dizer que a fundação da KRAS ocorreu em condições muito adversas. Foi o período do crash económico, da atomização quase total da sociedade e da prevalência da passividade social. Os trabalhadores dedicaram-se à sobrevivência individual e praticamente não ofereceram resistência às reformas selvagens dos mercados. Quaisquer tentativas de protesto estavam sob o controlo rígido da burocracia sindical, que declarou abertamente que o seu objectivo era manter o protesto dentro de “limites civilizados”.

É claro que, nesta situação, a nossa organização apenas poderia ser uma pequena associação de militantes activos, envolvidos principalmente em actividades de propaganda como a publicação do jornal “Acção Directa”, organização de comícios de rua, distribuição de panfletos informativos sobre os princípios e tácticas do anarco-sindicalismo e na agitação dirigida à constituição de sindicatos anarco-sindicalistas. De início, faziam parte da KRAS-AIT grupos de Moscovo e de Baykalsk (cidade na Sibéria), assim como um grupo da cidade bielorrussa de Gomel. Em Moscovo, tínhamos uma pequena célula num centro de informação, que tentou proteger o interesse dos trabalhadores, mas logo os seus membros tiveram de abandonar o seu local de trabalho. Em Baykalsk, os nossos companheiros foram os promo-

tores do sindicato local dos trabalhadores da indústria da pasta de papel. Organizaram uma greve, mas sofreram uma derrota e depois o grupo foi esmagado. Quanto ao grupo de Gomel, evoluiu gradualmente para uma espécie de anarquismo mais geral. Desta forma, no final da década de noventa, o nosso grupo de Moscovo ficou sozinho, apesar da existência de membros individuais noutras cidades.

Apesar de não termos a possibilidade de organizar greves, participámos activamente no apoio a outros trabalhadores em greve. Os activistas da organização de Moscovo da KRAS-AIT deram apoio e assistência técnica a alguns movimentos grevistas, por exemplo: dos professores na região de Moscovo (1999), dos trabalhadores da fábrica “Rostselmash” (em Rostov do Don), de uma fábrica de maquinaria em Yasnogorsk (1999) (onde a greve foi levada a cabo por assembleias dos trabalhadores), dos trabalhadores da construção em Moscovo (1999), dos trabalhadores da Ford (2007) e de trabalhadores da loja “Detsky Mir” em Khimki, um subúrbio de Moscovo (2009). Ao apoiar estas greves, os membros da KRAS-AIT tentaram partilhar com os trabalhadores as ideias e tácticas anarco-sindicalistas.

Os membros da KRAS-AIT foram muito activos na propaganda antimilitarista. Participaram em acções contra as guerras da Chechénia, contra a guerra na Ossétia do Sul (2008) e em outras acções anti-guerra. Participamos activamente em manifestações, piquetes e outras acções de protesto, promovendo experiências, métodos e ideias do anarco-sindicalismo. Desde o fim de 2008, os activistas da KRAS-AIT têm vindo a organizar acções contra o aumento de preços.

No entanto, as nossas possibilidades são claramente limitadas. Têm um limite objectivo: a grande passividade social da classe trabalhadora na Rússia, o seu baixo nível de preparação para a resistência e para a luta pelos seus próprios direitos. Mesmo nas actuais condições de severa recessão económica, de falhas de produção, de despedimentos massivos e deterioração das condições de trabalho, praticamente não existem movimentos grevistas.

Como descreveriam a situação política na Rússia de hoje? Quais são as bases sociais e de classe do actual sistema político russo e na vossa opinião, para onde se dirige?

O regime político pode ser descrito como autoritário. Formalmente, as instituições da democracia representativa funcionam e existe um sistema representativo. Mas, na verdade, o poder está nas mãos de um reduzido círculo de pessoas próximas do actual primeiro-ministro Putin. Por um lado, ele inclina-se contra o apoio dos principais grupos económicos da oligarquia e das forças repressivas. Por outro, as pessoas pertencentes ao grupo político dominante também criaram o seu próprio grupo económico. Há lutas periódicas pela repartição da propriedade entre todos esses grupos e corporações (e eles controlam quase toda a economia nacional e também, na realidade, o que sobra do sector público).

O clima geral político piorou também no quadro da política de "combate ao extremismo". As manifestações e os comícios de rua (mesmo os legais) são muitas vezes dispersados. As autoridades organizam processos contra antifascistas e contra as vítimas de abusos da polícia, acusadas de "resistência". Há casos de assassinatos políticos: as vítimas são activistas antifascistas e representantes da oposição pública.

Como é a situação social geral na Rússia de hoje? O que se manteve do anterior sistema comunista? E o que mudou mais desde então? Como é que as pessoas geralmente se sentem relativamente à transição do capitalismo de Estado para o capitalismo de propriedade privada e como isso os afectou?

Em termos gerais, nos anos 90, deu-se uma transição do capitalismo de Estado para o capitalismo oligárquico. Foi acompanhada pela destruição dos elementos de "Estado social" que existiam na "União Soviética". Agora, há uma asfixia gradual dos sistemas de educação e de saúde gratuitos. Foi introduzida uma reforma das pensões, com base na capitalização de pensões. Muitos dos apoios para pessoas idosas foram cancelados. O sistema progressivo de impostos foi abolido: agora tanto os bilionários como os trabalhadores pagam uma taxa de 13% sobre os rendimentos.

A acentuada queda do padrão de vida dos trabalhadores ocorreu nos anos 90 após a introdução de preços de mercado. As pessoas sobreviveram à custa

de pequenos jardins e hortas que muitas famílias das cidades têm nas aldeias. Os especialistas consideram que só por esta razão não houve fome em massa. Apesar de no início dos anos 2000 a posição de algumas categorias de trabalhadores ter melhorado um pouco (o aumento dos preços do petróleo a nível mundial levou a um crescimento económico), a situação geral continua muito pesada. Os salários na Rússia são os mais baixos da Europa, embora os preços sejam comparáveis ao nível europeu.

A situação piorou ainda mais devido à crise económica actual. O volume de produção na Rússia caiu para 16% durante os primeiros 9 meses de 2009. O número oficial de desempregados é de mais de 2 milhões, mas se usarmos os critérios da Organização Internacional do Trabalho é de 6-7 milhões e, até o final do ano [de 2009], espera-se quase 10 milhões de desempregados. De acordo com o Ministério da Saúde e do Desenvolvimento Social, desde o início da crise cerca de 700 mil pessoas foram despedidas. Muitas centenas de milhares de pessoas foram colocadas em horários reduzidos de trabalho com os correspondentes cortes nos salários.

Por detrás destes números frugais escondem-se pessoas reais, destinos reais. Para eles é a depressão, a falta de meios de subsistência, a inutilidade e o desespero. A doença, o suicídio, o alcoolismo... Muitas pessoas não têm dinheiro para medicamentos: o seu consumo na Rússia caiu para um mínimo de 9%.

Os patrões utilizam a crise como pretexto para mais ataques contra os trabalhadores: redução de salários e agravamento das condições de trabalho. Crise é negócio.

Infelizmente, ao contrário do que sucede em muitos outros países, a população reage à crise sobretudo de forma passiva. A reacção às reformas de mercado dos anos 90 foi também basicamente passiva. A destruição do velho modelo deixou atrás de si uma profunda frustração. As pessoas comportam-se como egoístas, muitas vezes tentando sobreviver à custa dos outros.

Agora, quase nunca acontecem greves e já não há acções radicais, como a ocupação de fábricas ou as greves de solidariedade. Como é óbvio, os dados oficiais que registam uma só greve no primeiro semestre do ano, envolvendo 10 pessoas, são uma mentira. Mas mesmo as estatísticas de organizações em princípio favoráveis à acção dos trabalhadores caracterizam-se pela decepção: foram registadas apenas algumas pequenas "disputas laborais".

As autoridades, a oposição e os sin-

dicatos burocráticos agem conjuntamente para tentar evitar qualquer protesto social. Os sindicatos oficiais e "alternativos" pregam a "paz social" e a colaboração de classes, preferindo apelar ao envolvimento do Estado para uma "reestruturação". Todas as tentativas de auto-organização da luta dos trabalhadores são extremamente pequenas e têm sido brutalmente reprimidas. Tivemos informações de várias fábricas e empresas onde foram despedidos activistas que estavam a tentar formar sindicatos independentes. Houve casos repetidos de ataques físicos directos contra sindicalistas. Num desses ataques foram, alegadamente, encontradas drogas, motivo pelo qual um sindicalista está preso.

Infelizmente, é possível afirmar que uma década e meia de reformas de mercado não conduziu a um crescimento do conteúdo social-revolucionário do protesto contra o capitalismo, mas sim ao crescimento do nacionalismo nas suas mais diversas formas. E a luta contra este nacionalismo é, para nós, uma tarefa importante.

Como descreveriam a relação entre a KRAS e as restantes secções da AIT? O que é que consideram positivo nessa relação e o que acham que poderia ser melhorado? A KRAS, como a AIT-SP, é mais ou menos um grupo de propaganda anarco-sindicalista. Como vêem a relação entre os grupos de propaganda e os sindicatos anarco-sindicalista já estabelecidos na AIT?

A nossa organização está na AIT desde 1996. Mantemos relações com outras secções da Internacional, embora com diferentes níveis de intensidade real. Estamos em contacto com menor ou maior regularidade com secções como a FORA, a AIT-SP, a CNT-AIT (F), a NSF, a ZSP, a PA e também com companheiros checos. Mas queremos desenvolver relações também com as outras secções. Genericamente, temos uma posição determinada no seio do movimento anarco-sindicalista, que pode ser descrita como "forista". Tal como a FORA argentina, nós consideramo-nos uma organização "finalista", que tenta juntar as funções de um sindicato com as de uma organização ideológica. Assim sendo, não estamos abertos a "todos os trabalhadores, independentemente de seus pontos de vista", mas estamos abertos apenas a trabalhadores que compartilhem o objectivo do comunismo libertário.

Mas isto não quer dizer que agora



devamos trabalhar, basicamente, como uma organização de propaganda. Neste momento, não podemos criar qualquer célula numa empresa ou estabelecimento, não porque não queiramos, mas devido à situação real do movimento operário na Rússia. E não pensamos que, por questão de princípios, devam existir quaisquer problemas entre grupos de propaganda anarco-sindicalista e organizações que funcionam como verdadeiros sindicatos. A diferença entre estes dois tipos de organizações pertence à esfera da dimensão e das possibilidades e não à esfera da observância mais "estrita" ou mais "indulgente" para com os princípios. Mas é importante não procurar o crescimento das fileiras dos sindicatos a qualquer custo, em detrimento da qualidade e convicção dos membros. Não estamos a dizer que todos os membros de um sindicato anarco-sindicalista devam necessariamente considerar-se subjectivamente como anarquistas. O anarquismo não é uma doutrina de gabinete. Muito mais importante é que os membros actuem como anarquistas, do que se intitularem anarquistas para depois agirem como autoritários. Mas é necessário que procurem alcançar ambos os objectivos do anarco-sindicalismo: lutando tanto por melhorias materiais imediatas, como por uma sociedade livre baseada no comunismo libertário. Caso contrário, isto não seria anarco-sindicalismo, mas apenas um tipo de sindicalismo um pouco mais radical. Porque o anarco-sindicalismo é a corrente anarquista no seio do movimento dos trabalhadores, não havendo nele lugar para anti-anarquis-

tas, tais como membros de partidos políticos, etc.

Quais são as vossas perspectivas para o futuro da AIT e do anarco-sindicalismo?

Como é claro, esperamos o melhor. Especialmente agora, nesta situação em que os sindicatos burocráticos não podem nem querem defender os interesses e direitos dos trabalhadores e começa a haver espaço livre para o desenvolvimento de uma alternativa. Mas o renascimento do anarco-sindicalismo não é um processo automático. Temos de levar em conta factores como a atomização social, a desintegração da cultura tradicional do trabalho, as atitudes individualistas e a frustração geral. Nesta situação, para a nossa Internacional e para as suas secções, uma coisa permanece: trabalhar duro para os nossos objectivos e finalidades, procurando atingir o máximo. E, em primeiro lugar, é importante fortalecer as relações entre as organizações anarco-sindicalistas de diferentes regiões, de modo a que, mais cedo ou mais tarde, possamos ser capazes de conduzir uma verdadeira luta de classes a nível internacional. Quando virmos uma verdadeira greve de solidariedade internacional entre trabalhadores, organizada pelos anarco-sindicalistas, estaremos em situação de poder afirmar que as perspectivas futuras da nossa AIT são as melhores de toda a metade do século passado.

* Entrevista realizada no final de 2009.

O regicídio, o 5 de Outubro de 1910, a I República Portuguesa e a intervenção anarquista **de Júlio Carrapato**



Faro: Sotavento, 2011, 380 p.

«E se o regicídio de 1908 tivesse sido levado avante por anarquistas e não por republicanos? E se o 5 de Outubro de 1910 também tiver, no essencial, sido feito por anarquistas intervencionistas que prescindiram da orientação de chefes republicanos prematuramente desactivados como Miguel Bombarda ou Cândido dos Reis? E se, uma vez implantada a República, as suas principais vítimas tiverem sido os anarquistas e os trabalhadores perseguidos e não os monárquicos ou os católicos que, sob o disfarce ideológico, faziam parte ao fim e ao cabo da mesma classe burguesa que os republicanos? E se um dos maiores inimigos dos anarquistas tiver sido um republicano "de esquerda", Afonso Costa, chefe do Partido Democrático e cognominado "o Racha-Sindicalistas"? E se, em resposta à repressão brutal da greve geral de 1918 e da ocupação de terras no Alentejo, o homem que matou Sidónio Pais também tiver sido um anarquista, como aliás os restantes companheiros envolvidos no movimento? E se, já implantado o regime fascista, o único movimento proletário que se lhe opôs – o 18 de Janeiro de 1934 – também tiver sido de matriz e inspiração libertárias e anarco-sindicalistas, aliás como o atentado de 1937 contra Salazar? E se, enfim, a nível peninsular, tanto português quanto espanhol, aquilo que é autenticamente ibérico e revolucionário for o anarquismo e, muito especialmente, o anarco-sindicalismo?»

Pedidos para:
Edições Sotavento
Apartado 5 / 8001-901 Faro

Saint Imier

- Encontro Internacional Anarquista

De 8 a 12 de Agosto de 2012 teve lugar em Saint Imier, na Suíça, o maior Encontro Internacional Anarquista das últimas décadas. Mais de 3.000 participantes comemoraram os 140 anos do Congresso de St. Imier que marcou a criação da 1ª Internacional Anti-autoritária em 1872, categoricamente posicionada contra as ideias centralistas e autoritárias de Karl Marx e que viria a dar mais tarde origem à AIT.

No âmbito do Encontro realizou-se o 9º Congresso da IFA (Internacional das Federações Anarquistas), no qual participaram na qualidade de observadores ou convidados várias secções da AIT - a secção portuguesa esteve presente como convidada - com o objectivo de fortalecer as ideias e práticas anarquistas e promover a cooperação entre as organizações.

Congresso da IFA

A IFA reúne federações provenientes de várias partes do mundo: Federação Anarquista Francesa, Federação Anarquista Ibérica, Federação Anarquista Italiana, entre outras. Neste congresso participaram também a CNT e secções da AIT em algumas sessões abertas do mesmo. Destacamos aqui a sessão onde foi apresentada uma análise da crise económica e social actual, que, abordada também de um ponto de vista técnico e especializado, procurou tornar claro para os presentes os meandros dos mecanismos financeiros, económicos e políticos da crise habitualmente escondidos debaixo da capa do “difícil e do “complicado”, só acessível a especialistas. Estes conhecimentos permitem conceber de forma mais esclarecida projectos de economia auto-gerida, assim como podem ajudar na concretização efectiva dos mesmos, na medida em que procuramos destruir o modelo capitalista ou, pelo menos, provocar-lhe duros golpes e criar alternativas económicas auto-geridas e efectivamente solidárias. Outra sessão que gostaríamos de destacar, pela importância e actualidade do tema, diz respeito à relação entre Geografia e Anarquismo na perspectiva de Élisée Reclus, o geógrafo anarquista. Nesta sessão apresentou-se e discutiu-se sobre a actualidade e importância da concepção e métodos de E. Reclus aplicados ao estudo da geografia social, salientando o papel da experiência e da prática da geografia para a compreensão dos problemas sociais de forma a podermos criar modelos alternativos à



sociedade de classes e estatista. Ainda nesta sessão foram apresentadas várias iniciativas no campo do comunismo (comunas rurais e urbanas em França) e federalismo. Fizemos a feliz constatação que essas iniciativas são realizadas e consolidadas por anarquistas bastante jovens que simultaneamente empreendem lutas nos campos e nas cidades.

Paralelamente a este programa oficial do congresso da IFA, as secções (espanhola, portuguesa e polaca) da AIT realizaram duas reuniões de trabalho com os grupos anarco-sindicalistas (ASB da Holanda, IASR da Roménia e MASA da Croácia). Estes grupos levam a cabo nos respectivos países acções de propaganda anarco-sindicalista assim como acções de luta com os trabalhadores e desempregados. Participam também em acções de solidariedade internacional tendo como um dos seus objectivos tornarem-se secções da AIT. Desta forma os assuntos abordados nestas reuniões de trabalho incidiram sobre estratégias de organização e consolidação destes grupos; estratégias de implementação e desenvolvimento das ideias e práticas anarco-sindicalistas;

reforço da aproximação e cooperação entre as secções já existentes da AIT assim como com os grupos em fase de formação. Foi assim levada a cabo uma troca de experiências e práticas bastante enriquecedora que nos deu conta das diferentes realidades e circunstâncias de cada país, muitas vezes bastante hostis à apresentação e divulgação das ideias anarco-sindicalistas como nos relataram os companheiros da Roménia e da Croácia.

Encontro Internacional de Anarquistas

O primeiro lugar para o qual todos se dirigiam era o centro cultural libertário autogerido Espace Noir, que pôs à disposição a única sala de cinema da cidade, uma sala de conferências, uma taberna, uma galeria de arte e uma biblioteca. Foi também o centro de emissão da Rádio Libertaire, durante os dias em que decorreu o Encontro. Na entrada do espaço havia uma mesa redonda contendo informações diversas: mapas da cidade, informações turísticas, panfletos e centenas de programas. O programa continha um pequeno mapa a

indicar os locais e as actividades a serem realizadas bem como os respectivos horários. Apresentava também informações acerca do alojamento e logística, onde se destacavam a existência de um parque de campismo, um espaço infantil e duas cozinhas autogeridas por companheiros alemães e holandeses que preparavam refeições veganas, para as quais cada um contribuía segundo as suas possibilidades.

No total, havia oito centros de actividades e dois espaços de cinema. Sale du Dojo, para a realização de workshops; Salle St. Georges, onde se realizou o 9º Congresso IFA; Tente Anarkismo, que pertencia ao anarkismo.net; Espace Noir, ponto de informação, concertos e projecção de filmes; Mémoires d'ici, era principalmente um ponto de leitura; Salle de spectacle et Salle du Conseil, um espaço muito grande para a realização de conferências, reuniões, debates e encontros; Patinoire, dedicado à Feira do Livro e, por fim, o Centre de Culture et Loisir et Musée, onde era possível visitar a exposição intitulada "Revolução Espanhola 1936-39", com cartazes, revistas e outros testemunhos pertencentes ao movimento anarquista daquele período.

Sendo assim, tivemos a oportunidade de participar activamente em várias conferências e debates, que na maioria foram traduzidos espontaneamente por voluntários. De destacar a participação de alguns membros do SOV do Porto da AIT-SP na conferência sobre o sindicalismo de base, onde participaram também outras organizações. O SOV/AIT-Porto partilhou assim a sua experiência apresentando os seus objectivos e aspirações, as acções levadas a cabo no seio da classe trabalhadora e desempregada, estratégias utilizadas, não deixando de partilhar também os reveses e experiências menos boas, pois este SOV encontra-se ainda em fase embrionária. De salientar também outras conferências como a de M. Pinto sobre a crise económica, a de Alexandre Samis sobre o Neno Vasco e o anarquismo internacionalista no Brasil e Portugal, sendo esta apresentada com o apoio do nosso companheiro do Sov/AIT-Porto. No que respeita à temática da educação anarquista, os colectivos Terra Libre, Ativismo ABC e Grupo de Estudos Domingo G. Rojas levaram a cabo a conferência sobre Práticas contemporâneas

de educação anarquista. F. Mintz apresentou um tema polémico mas actual e muito pertinente na conferência: A questão do voto sindical (proporcional) ao longo da história da AIT e noutras organizações anarco-sindicalistas actuais. Também a actual situação da Grécia e as lutas sociais que aí têm palco deram lugar a um tema de conferência, por R. Dreis assim como por A. Jappe A crise mundial e a sociedade de mercado; entre outras. Em cada dia houve projecção de filmes, a mencionar "Memória Subversiva" de José Tavares e várias curta-metragens interessantíssimas realizadas pela Productora de Comunicación Social, uma organização de propaganda anarquista dedicada à difusão das ideias e práticas libertárias do Chile. Os filmes e documentários apresentados versaram sobre uma diversidade de temas como: Utopia, Revolução Espanhola, Militância Anarquista, Sexualidade, Poder e Autoridade, entre outros.

A caminhada ou a trilha pedestre foi também contemplada no programa deste Encontro. Assim foi realizado um percurso a pé designado por "No rastro da Federação do Jura...", através do qual conhecemos espaços físicos emblemáticos como o Hotel da vila em St. Imier, o Café restaurante de la Balance e o café la Clef em Sonvillier bem como informações sobre a formação da Federação Anarquista do Jura e do contributo de Bakunine, na medida em que ele esteve exilado na Suíça e viveu em Sonvillier durante algum tempo.

À noite, nos momentos mais descontraídos, companheiros e companheiras dos cinco continentes juntavam-se para acompanhar a Associação Cultural Voci di Mezzo, cantando em conjunto canções libertárias num momento de convivência e partilha profunda dos nossos ideais.

Saudamos os esforços individuais e colectivos que tornaram possível este encontro, que é a prova inquestionável de que hoje em dia o anarquismo continua a ser, não só uma política e uma ideologia mas também uma prática e uma forma de ser e agir cada vez mais imprescindível.

Anita N.
Lena

Crise?

*Há aqueles que lutam um dia;
e por isso são muito bons;
Há aqueles que lutam muitos dias;
e por isso são muito bons;
Há aqueles que lutam anos;
e são melhores ainda;
Porém há aqueles que lutam toda a vida;
esses são os imprescindíveis.*
- Bertolt Brecht

Existe crise? Não! É apenas o sistema de economia de mercado, associado a uma grande falta de fraternidade, em pleno vigor e com a bênção da sociedade que continua a apostar e apoiar a sua própria miséria e subserviência.

A classe média só agora sentiu que existe a "crise", e graças a ela se socializou essa palavra, porque só desde 2008 deixou de ter poder de compra para manter ou adquirir objectos e modos de vida. Enquanto houve décadas em que uma camada enorme da população vivia no limiar da pobreza, essa classe média brindava a essa situação e no Natal, lá dava uma esmola aos indigentes, para limpar a sua consciência. (Caridade não é solidariedade).

Esta "crise" não é nenhuma fatalidade. Tal como não é o empréstimo a juros altos e prazos curtos (em vez de ser pago conforme o crescimento económico) por parte da troika. Esta crise não é nenhuma fatalidade, porque é nada mais nada menos que o capitalismo em marcha e a consequência de políticas anti-sociais. É óbvio a qualquer pessoa que sem salários altos, não se consome, como tal, não se produz e então não se emprega nem se pode pagar salários altos. Simples. Mas para beneficiar uns quantos amigos e famílias (políticas, maçónicas...), tem que se passar a conta a quem produz, para pagar os lucros das Parcerias Público-Privadas (PPP), concessões, salários de gestores públicos, tecnocratas e afins, reformas por inteiro de políticos (político é profissão?)...

Falamos dos impostos altos e que continuam a subir, para alimentar a máquina do Estado e a banca, mas ninguém questiona aonde é gasto esse dinheiro, pois o acesso aos direitos fundamentais e previstos na constituição da República Portuguesa, tal como saúde, educação, habitação, justiça... é cada vez mais limitado e precário.

E andamos a pagar a dívida de quem? Nossa? Ou de quem a fez? De bancos e de uma ilha? Que pague quem a fez. Não é? Porque nunca mais se falou da Islândia? Que em referendo, decidiu não pagar a dívida dos outros e está a recuperar economicamente, sem nunca ter metido o garfo nas questões sociais. Aqui no mediterrâneo põem o garfo, a faca, e o pior de tudo: nós

agradecemos! Se a razão da nossa austeridade (que não é para todos) são os mercados, acabem-se com os mercados! O meu mercado é o da Ribeira, em Lisboa, esse sim é que é um feliz mercado: do produtor ao consumidor!

Os governos que governaram a região portuguesa, nunca enganaram o povo, nem nunca governaram mal. O povo é que anda iludido. Porque esperar justiça social e tributária de quem vive às custas do labor alheio, é o mesmo que querer cozer batatas numa frigideira com óleo quente! Os media, na mão de grandes monopólios também contribuem para a desinformação e estupidificação, sendo uma boa arma de alienação de massas, onde os fabricantes de opinião, não hesitam em dar soluções para esta "crise" e as causas dela, e o pior de tudo: os espectadores aplaudem! E ainda vendem (e é um *best-seller*) que antes da crise é que se vendia bem... A falta de memória dos portugueses está a enterrá-los vivos. Tal como a grande arma do Estado e do capital é o conformismo geral, que é criado através da ignorância e do medo!

Que resposta dar a esta "crise"?

Podia aqui afirmar: acabar com as PPP, gestores públicos, zona franca da Madeira (80% das empresas são uma caixa de apartado), cobrar nas transacções na bolsa e as mais valias, cobrar a riqueza, etc. e investir mais no ensino (estilo escola oficina nº1, Ferrer ...), na agricultura (rasgar a política agrícola comum), pescas (cagar na política de pescas comum), e por aí fora... até a população se emancipar através da autogestão generalizada e do colectivismo consciente! Mas parece que as pessoas preferem continuar o canibalismo quotidiano e a apoiar a miséria terrorista no qual elas são criadoras e vítimas! Também não acredito que se forme um governo (se sabes governar-te, não deixes que te governem) constituído por mestres da ciência, mundo artístico, medicina, desporto, humanistas... Como tal, vejo como boas alternativas - que nos podem levar mais além - experiências de hortas urbanas, sistema trocal, banco de horas, cooperativas de produtores e consumidores, o "do it yourself" e a economia paralela, okupações e demais projectos saudáveis, para além de continuar a contestação (e informação/consciencialização sobre a situação actual) a esta "crise" pelas mais variadas e criativas formas de agitação social, nunca deixando de parte a auto-defesa da liberdade, igualdade e fraternidade contra qualquer tipo e forma de patologia autoritária e exploração vil!

O medo de ser livre provoca o orgulho de ser escravo! Nenhuma agressão sem resposta!

Skalges
Outono de 2012

Entre Esquerdas e Direitas



Socialmente aglomerados em patamares e castas (como vinhas), as pilhas alimentam uma máquina burguesa pobre de essência e autista: não se apercebe como só se representa a si mesma na democracia do capital e na paz da NATO, paraíso fortificado. Qual Primeiro de Maio, qual crise mundial, qual luta mundial dos trabalhadores, a não ser a luta das contas pagas e da comida na mesa, quando o dinheiro o permite?!

Que escravatura tentam prometer?
A educação para o consumo das novas tecnologias?
A vida da TV e do tóxico PC?
Quem paga a fibra óptica para o bem dos herdeiros do golpe de Abril 74? (E que grande golpe, os fachos estão cá todos e mais organizados, a democracia é o que se vê e sente, os ricos mais ricos, os pobres mais pobres e os iludidos mais endividados)
A nova burguesia e a tecnologia já dominam o mercado e as guerras de poder económico!
O betão é um albergue para o plasma e uma carapaça para a fibra!
Comprar e vender imagem luz num mundo artificial e cinzento, iluminado pela tecnologia do paládio e gládio...
e do cobre e do ouro ...
e da luz LED...
e pelo brilho do plasma e o consumo do índio...
tudo na defesa hipócrita do ambiente e da sociedade de centro e periferia, animada pela caridade contemporânea com mofo de outros regimes totalitários e democráticos.

Lutas laborais ou corporativas, greve geral?
Que horror! Tudo parado, sem café nem hiper, qual jumbo qual mini!

A todo o preço nada pára!...
A pilha tem de animar os "coelhinhos let`s play do capital":
de guerreiros a gestores, governos, governados, qual goiabada.
A autonomia e estímulo das capacidades do indivíduo é pedida em sacrifício do objectivo parasita e unilateral da ilusória imagem do colectivo.
Estímulos e sentimentos confundem-se na roda alternativa.
Só conta o jogo da aparência e do brilho barroco da tecnologia e do consumo de produtos pré fabricados testados, indutores de padrões sociais e estéticos que existem apenas nos media e nos derivados, também eles produtos rentáveis indispensáveis à afirmação do Estado e da burguesia...
E viva o negócio da cafeína!!
Nem só com amoras se pensa em cultura...
Mas educar para autonomia é mais um cliché que fica bem no estudo de impacto de novos processos do capitalismo e da burguesia se adaptarem para o controlo da massa de pilhas aglomeradas em periferias geridas e assistidas a fim de manterem o centro no centro.
Os Burgueses de Calais*, mesmo com imagem de "pobres" são os Burgueses de Calais!!!
E qual é a burguesia que não se governa?
As lutas dos sindicalistas não são para a burguesia comprar ou assimilar, são factos do passado que lembram que o futuro pode ter muitos cenários e nenhum é garantido!

2009MH

* Obra do escultor Auguste Rodin - Paris, 12 de Novembro de 1840 - Meudon, 17 de Novembro de 1917



O que é a AIT-SP?

O que é a AIT?

A Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) é uma organização anarco-sindicalista, constituída por organizações activas em diferentes partes do mundo, que se organizam em federações locais, regionais e nacionais, e finalmente internacionais (a AIT), sem líderes nem hierarquias, sem burocracias ou centralismo. As lutas locais são internacionalizadas através da acção concertada e solidária de todas as secções.

O que é a Secção Portuguesa da AIT?

A AIT-SP, Secção Portuguesa da AIT, organiza-se em núcleos locais, sindicatos de ofícios vários e de ramo e em secções sindicais nas empresas. Apoiamos, de forma activa e solidária, todas as iniciativas populares organizadas horizontalmente, sejam elas na comunidade ou no local de trabalho contra o patronato e os poderes instituídos.

A AIT-SP não aceita quaisquer subsídios do Estado e de estruturas patronais ou estatais.

A AIT-SP não aceita a ideia e a prática da chamada "concertação social" pois ela é uma hipocrisia e uma maneira das classes trabalhadoras se "conciliarem" com quem as explora e rouba. A AIT-SP defende sim a inevitabilidade da luta de classes entre explorados e exploradores pois não há conciliação possível entre

uns e outros.

Na AIT-SP vais encontrar trabalhadores, estudantes, desempregados e reformados, como tu, fartos de ser explorados pelo Estado, pelos patrões, pelos senhorios ou manipulados pelos partidos.

Anarco-sindicalismo

O Anarco-sindicalismo é um meio de organização e um método de luta, que pretende abolir o capitalismo e o Estado, agindo autonomamente das instituições de poder, sejam elas partidárias ou parlamentares. Defende que a libertação das pessoas, de qualquer tipo de exploração e opressão, só pode ser obra delas próprias.

A defesa integral da personalidade humana, a liberdade, a solidariedade, o apoio-mútuo e a associação voluntária e federativa, constituem a base sobre a qual os anarco-sindicalistas sustentam a sua acção.

É contra o centralismo e a burocracia e tem sido ao longo da história intransigente contra a manipulação das lutas populares por partidos políticos ou centrais sindicais, que as dirigem tendo em conta os seus próprios interesses.

Os seus métodos de luta são, entre outros: a greve, o boicote, a sabotagem, o bloqueio ou a ocupação, expropriação e autogestão das empresas pelos próprios trabalhadores.

Princípios básicos:

Autogestão

- Gestão directa em assembleias, seja no trabalho ou na comunidade, pelos envolvidos e mais ninguém. Os cargos são rotativos, não remunerados e os mandatos revogáveis a qualquer momento.

Ação Directa

- Recusa em depositar nas mãos dos representantes, tarefas e decisões que as assembleias de base deverão tomar e repartir entre si.

Solidariedade e apoio mútuo

- Os problemas de um são os problemas de todos.

Internacionalismo

- Os explorados não têm pátria — a nossa pátria é o mundo inteiro.

Autonomia

- Independência frente ao Estado, patronato, partidos, direcções sindicais oficiais e outras organizações autoritárias.